



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

# EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

005/2026-CL/CMP

## CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM

## OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE, SOB DEMANDA, PRESTARÁ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, ABRANGENDO AS ÁREAS CIVIL, ELÉTRICA E HIDROSSANITÁRIA, INCLUINDO ADEQUAÇÕES, REPAROS, SUBSTITUIÇÕES E INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS À CONSERVAÇÃO, FUNCIONALIDADE E SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos).**

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/07/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

No site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO.

## MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇO.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	5
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	7
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 e DECRETO Nº 042/2023-PGMP.....	16
10. DA HABILITAÇÃO.....	17
11. DO TERMO DE CONTRATO.....	19
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	20
14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	21
15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.....	24
18. DOS ANEXOS.....	25



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – CL/CMP.**  
(Processo Administrativo nº 011/2026 – CL/CMP)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CAMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, CNPJ 04.442.941/0001-36, por meio da Comissão de Licitação, sediada na Rua Umiri, 781, bairro Raimundo Muniz, na cidade de Parintins/AM, CEP 69.151-420, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, **com critério de julgamento de menor preço global por lote único**, em conformidade com o que dispões a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021; a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores; Decreto nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 042/2023, 072/2023 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e subordinados às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da Sessão Pública: **10/07/2026**

Hora Inicial: **10:30h (horário de Brasília)**

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços para contratação de empresa especializada que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial o **Termo de Referência** e o **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**.

1.2. A contratação será processada em lote único, abrangendo todos os serviços descritos no Termo de Referência, na planilha orçamentária e demais anexos, os quais integram este Edital para todos os fins.

1.3. A licitação será processada em **LOTE ÚNICO**, abrangendo todos os serviços e entregáveis descritos no item 1.2 e detalhados no **Termo de Referência**.

1.3.1. A adoção do lote único justifica-se pela interdependência técnica e operacional entre as frentes de serviço, pela necessidade de responsabilidade técnica centralizada, pela redução de interfaces entre múltiplos executores, pela mitigação de conflitos de responsabilidade e pela preservação da continuidade operacional da sede da Câmara Municipal de Parintins.

1.3.2. Os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis previstos neste Edital e seus anexos serão executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, vedada sua utilização para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento.

#### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação será processada sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP,



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP visando à eventual contratação dos serviços de manutenção predial descritos no item 1.1 deste Edital.

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Parintins a contratar o objeto, permanecendo-lhe facultada a realização de contratação específica para o serviço pretendido, desde que devidamente justificada, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Da Vigência da Ata de Registro de Preços

2.3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, não se confundindo com a vigência dos contratos administrativos dela decorrentes, observada sua divulgação no PNCP e demais meios oficiais aplicáveis.

2.3.1.1. A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período, uma única vez, desde que comprovados a vantajosidade dos preços registrados, a manutenção da necessidade administrativa e o interesse público, mediante justificativa formal nos autos.

2.4. Da Vigência das Contratações Decorrentes

2.4.1. Os contratos administrativos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência própria, definida no respectivo instrumento contratual, com prazo inicial de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, observada a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições de execução do objeto.

2.4.1.1. Tratando-se de serviço comum de engenharia de caráter continuado, essencial à preservação do patrimônio e à continuidade das atividades legislativas, os contratos decorrentes poderão ser prorrogados sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação dependerá de demonstração formal da vantajosidade econômica, da manutenção da necessidade administrativa, da adequada execução contratual, da disponibilidade orçamentária e do interesse público.

2.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá realizar contratações parciais ou totais dos serviços, observando os limites máximos estabelecidos e as condições técnicas pactuadas.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar do certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos, devidamente credenciadas na plataforma eletrônica [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas eletrônicos e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

3.4. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital:

3.4.1. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.4.2. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.4.3. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do Pregão na forma eletrônica.

3.4.4. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.5. A não observância do disposto nos itens 3.3 e 3.4 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Do Tratamento Favorecido (ME/EPP/MEI)

3.6.1. Esta licitação observará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI), agricultores familiares e produtores rurais pessoa física, nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP.

3.6.2. O benefício visa promover o desenvolvimento econômico e social local e sub-regional no Município de Parintins/AM, não sendo aplicada a reserva de cota exclusiva em face da natureza indivisível do objeto e da estratégia de lote único fundamentada no Estudo Técnico Preliminar.

3.7. A obtenção do tratamento favorecido de que trata o item anterior fica limitada às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme o disposto no Art. 4º, § 11, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.8.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.8.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Sociedades cooperativas, conforme entendimento do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência do TCU (Acórdão 1406/2023-Plenário);

3.8.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.13. Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

3.8.14. Servidores ou dirigentes da Câmara Municipal de Parintins, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

#### 3.9. Disposições Complementares sobre Vedações

3.9.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, observando-se as situações de conflito de interesses nos termos do § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.9.2. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada.

3.9.3. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa de assessoria técnica.

3.9.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável de todas as condições e regras estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O valor máximo aceitável da contratação é de **R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos)**, conforme Termo de Referência, planilha orçamentária, memória de cálculo e demais documentos técnicos anexos ao processo.

4.1.1. O valor mencionado no item anterior representa o preço máximo aceitável pela Administração para o Lote Único, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao teto estimado.

4.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em composições de custos unitários e pesquisas fundamentadas nas tabelas oficiais SINAPI — referência fevereiro/2026 — e SBC — referência março/2026 — aplicáveis ao Estado do Amazonas, conforme planilha orçamentária e memória de cálculo constantes dos autos.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.2.1. O detalhamento dos itens, quantitativos e custos unitários que serviram de base para a formação do preço máximo consta no Anexo de Planilha Orçamentária deste Edital e nas justificativas técnicas do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.3. As propostas que apresentarem valores globais ou unitários que extrapolem o orçamento estimado da Administração, ou que sejam manifestamente inexequíveis nos termos do Art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas após a fase de lances e negociação.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)) e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. o prestador de serviço enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.6. desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei n. 14.133, de 2021.

5.4. A falsidade das declarações acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

5.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.13. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico LICITANET, dos seguintes campos:

6.2. Valor global para o Lote Único, em moeda corrente nacional, já considerando todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços de manutenção predial.

6.2.1. A proposta deverá ser acompanhada de planilha de preços unitários e global, contendo todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, BDI, materiais, equipamentos, mão de obra, transporte e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

6.3. No campo destinado à descrição, o licitante deverá indicar de forma clara que a proposta abrange a totalidade dos serviços descritos no Termo de Referência, mencionando, quando aplicável, as principais marcas ou fabricantes dos materiais e insumos que serão utilizados (ex: condutores elétricos, disjuntores, tintas e louças), observando os padrões de qualidade exigidos.





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 6.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para o Lote Único da contratação.
- 6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro ou omissão.
- 6.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 6.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.9. Na presente licitação, a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que não incorram nas vedações legais.
- 6.10. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer materiais, equipamentos e ferramentas em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.
- 6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação no sistema.
- 6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração, fundamentados nas tabelas SINAPI e SBC, sob pena de desclassificação.
- 6.13. O descumprimento das regras de preços e especificações pode ensejar a responsabilização perante os órgãos de controle, inclusive o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e, se houver recursos federais envolvidos, o Tribunal de Contas da União (TCU), sujeitando a empresa à condenação pelo pagamento de eventuais prejuízos ao erário caso verificado sobrepreço ou superfaturamento.

#### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITANET, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante antes do encerramento da etapa de lances.
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário na fase de aceitação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes (Chat).
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do Lote Único, compreendendo a totalidade dos serviços, materiais e encargos previstos no Termo de Referência.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 5,00 (cinco reais), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado neste Edital.
- 7.12. Do Modo de Disputa
- 7.12.1. Será adotado o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, conforme o Art. 31 do Decreto Federal nº 11.462/2023.
- 7.12.2. A etapa de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema enviará aviso de fechamento iminente, seguido de um período aleatório de até 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances abertos.
- 7.12.3. Encerrado o prazo anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições supra, os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.
- 7.12.5. Após o término dos prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato no sítio eletrônico.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

#### **7.18. Do Tratamento Favorecido ME/EPP (Empate Ficto)**

7.18.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema verificará automaticamente o porte da entidade empresarial para aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.18.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP.

7.18.3. A ME/EPP melhor classificada poderá encaminhar uma última oferta em valor inferior ao da primeira colocada no prazo de 05 (cinco) minutos.

#### **7.19. Dos Critérios de Desempate (Lei nº 14.133/2021)**

7.19.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o previsto no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.19.1.1. Disputa final, com apresentação de nova proposta fechada pelos empatados;

7.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.19.1.3. Ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

7.19.1.4. Desenvolvimento de programa de integridade (compliance).

7.19.2. Caso o empate persista, será assegurada preferência, sucessivamente, a empresas estabelecidas no Município de Parintins/AM e, posteriormente, no Estado do Amazonas, conforme o critério de territorialidade previsto na legislação municipal e no Art. 60, § 2º da Lei 14.133/2021.

#### **7.20. Da Negociação**

7.20.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, encaminhe a proposta ajustada ao último lance e a planilha detalhada de custos (SINAPI/SBC).

7.21. O prazo para envio da proposta ajustada poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação motivada via chat antes do término do prazo original.

7.22. Após a negociação do preço e o aceite da proposta técnica, o Pregoeiro iniciará a fase de habilitação.

### **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item

3.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União e/ou Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU e/ou TCE-AM.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de serviços de engenharia, como é o objeto desta licitação (manutenção predial), consideram-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, fornecedor, distribuidor ou terceiro, considerando a natureza do objeto e a ausência de indicação de marca ou modelo específico, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela qualidade, garantia, compatibilidade e desempenho dos materiais, peças, equipamentos e serviços fornecidos no âmbito da execução contratual.

8.15. Não será exigida a apresentação de amostras na fase de julgamento das propostas, considerando que o objeto consiste em serviços de manutenção predial sob demanda, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra, cuja conformidade técnica será aferida pela fiscalização contratual no momento do recebimento dos materiais e da execução de cada Ordem de Serviço, observadas as especificações constantes do Termo de Referência, das planilhas orçamentárias, das normas técnicas aplicáveis e da qualificação técnica exigida da Contratada.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

8.16. A aceitação dos materiais, peças, equipamentos e serviços ocorrerá durante a execução contratual, mediante verificação pela fiscalização competente quanto à compatibilidade com as especificações técnicas, qualidade, desempenho, segurança, adequação ao uso, conformidade com as normas da ABNT e demais normas aplicáveis, bem como aderência à Ordem de Serviço emitida pela Administração.

8.17. Caso sejam constatados materiais, peças, equipamentos ou serviços em desconformidade com as especificações exigidas, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a substituição, correção, recomposição ou refazimento do item recusado, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação de glosas, retenções ou sanções administrativas cabíveis.

8.18. A fiscalização poderá solicitar, durante a execução contratual, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais, comprovações de conformidade ou documentos equivalentes relativos aos materiais, equipamentos ou componentes empregados, sempre que necessários à verificação da qualidade, segurança, compatibilidade técnica e atendimento às especificações do objeto.

8.19. A ausência de exigência de amostras na fase licitatória não afasta a obrigação da Contratada de fornecer materiais, peças e equipamentos compatíveis com as especificações do Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis e com as condições da proposta vencedora, nem impede a recusa motivada, pela Administração, de itens inadequados, defeituosos, incompatíveis ou em desconformidade com o objeto contratado.

#### **9. DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e DECRETO Nº 042/2023-PGMP**

9.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI), bem como agricultores familiares e produtores rurais pessoa física, nos termos do Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Art. 1º do Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP.

9.1.1. Entende-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas ME, EPP ou MEI sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que a melhor oferta inicial não tenha sido apresentada por empresa já enquadrada nessas categorias.

9.1.2. Para fins de aplicação da prioridade de contratação e fomento econômico, considera-se:

9.1.2.1. Âmbito Local: Empresas sediadas exclusivamente nos limites geográficos do Município de Parintins/AM.

9.1.2.2. Âmbito Sub-regional: Empresas sediadas nos municípios da Região do Baixo Amazonas (9ª Sub-Região), compreendendo: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará.

9.2. Ocorrendo o empate previsto no item 9.1.1, o procedimento de desempate seguirá o disposto no Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e as seguintes diretrizes de prioridade territorial do Município de Parintins/AM:

9.2.1. A licitante ME ou EPP sediada no território do Município de Parintins/AM terá preferência de exercício do direito de desempate sobre as demais licitantes de outras localidades que estejam no mesmo intervalo percentual.

9.2.2. Persistindo o empate entre empresas beneficiárias da LC 123/06, a prioridade será concedida àquela estabelecida no âmbito sub-regional (Baixo Amazonas).





## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

9.2.3. A licitante melhor classificada nos termos dos subitens anteriores será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, situação em que o objeto lhe será adjudicado.

9.3. Não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados por licitantes que se encontrem no mesmo patamar de preferência, o sistema realizará sorteio eletrônico para identificar a ordem de convocação para a nova oferta.

9.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6. A convocação da ME, EPP ou MEI para a apresentação de nova proposta de desempate ocorrerá imediatamente após o encerramento da fase de lances, devendo a empresa manifestar-se no prazo máximo de 05 (cinco) minutos via sistema, sob pena de preclusão do direito.

9.7. Conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, não haverá reserva de cota exclusiva (25%) para ME e EPP, em face da indivisibilidade técnica do objeto de manutenção predial integrada e do risco de perda de economia de escala, nos termos do Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.8. Para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, a licitante deverá declarar, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais de enquadramento e que não ultrapassou o limite de receita bruta anual, observando-se, especialmente, a vedação contida no Art. 4º, § 11, da Lei nº 14.133/2021.

#### **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos neste Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. A habilitação compreenderá a verificação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme exigências previstas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

10.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída por registro cadastral válido no SICAF, no HABILITANET ou em sistema equivalente admitido pela Administração, desde que o registro contemple os documentos exigidos e esteja atualizado.

10.1.3. A qualificação técnica deverá observar os critérios de capacidade técnico-operacional da empresa e de capacidade técnico-profissional do responsável técnico, mediante apresentação de Certidão de Acervo Operacional — CAO, quando aplicável, e Certidão de Acervo Técnico — CAT, conforme as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo definidas neste Edital e no Termo de Referência, observada a Resolução CONFEA nº 1.137/2023 e demais normas profissionais pertinentes.

10.2. Da habilitação jurídica





## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.2. Para fins de habilitação jurídica, o licitante deverá apresentar documentação que comprove sua existência legal, regular constituição e poderes de representação, conforme sua natureza jurídica, observadas as exigências previstas no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

10.2.1. Serão aceitos, conforme o caso, registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado dos documentos de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

10.2.2. Em se tratando de empresário individual, sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal, sociedade simples, cooperativa ou outra forma societária admitida em lei, deverão ser apresentados os documentos constitutivos correspondentes, devidamente registrados nos órgãos competentes.

10.3. Da regularidade fiscal, social e trabalhista

10.3. Para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá comprovar, conforme aplicável:

10.3.1. inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ;

10.3.2. regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias;

10.3.3. regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível;

10.3.4. regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;

10.3.5. regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa;

10.3.6. cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

10.3.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

10.4. Da qualificação econômico-financeira

10.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os documentos exigidos no Termo de Referência e na legislação aplicável, suficientes para demonstrar a aptidão econômico-financeira do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

10.4.1. A Administração poderá exigir balanço patrimonial, demonstrações contábeis, certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou outros documentos compatíveis com a natureza e o vulto da contratação, nos termos do Termo de Referência.

10.4.2. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá comprovar a aprovação do plano de recuperação ou demonstrar, por meio de documentação idônea, sua capacidade de execução do objeto.

10.5. Da qualificação técnica

10.5. A qualificação técnica será exigida de forma proporcional e compatível com o objeto licitado, limitada às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, observados o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Resolução CONFEA nº 1.137/2023 e a jurisprudência aplicável dos órgãos de controle.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.5.1. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição ativa da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, conforme a natureza das atividades a serem executadas.

10.5.2. A licitante deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, compatível com as atividades de manutenção predial objeto da contratação.

10.5.3. O vínculo do responsável técnico com a licitante poderá ser comprovado mediante contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de prestação de serviços, termo de compromisso ou declaração de disponibilidade futura, desde que o profissional assuma formalmente a responsabilidade técnica pela execução do objeto, caso a licitante seja contratada.

10.5.4. Para comprovação da capacidade técnico-profissional, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico — CAT, emitida pelo conselho profissional competente, em nome do responsável técnico indicado, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação e com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

10.5.5. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, poderá ser exigida Certidão de Acervo Operacional — CAO, quando aplicável, emitida pelo conselho profissional competente em nome da pessoa jurídica licitante, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, limitada às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

10.5.6. Serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de comprovação da qualificação técnica:

10.5.6.1. manutenção, instalação, adequação, recuperação ou substituição de redes elétricas prediais, incluindo quadros de distribuição, circuitos elétricos, dispositivos de proteção, cabeamento e componentes correlatos;

10.5.6.2. manutenção, recuperação, substituição ou adequação de coberturas, telhados, estruturas de cobertura, calhas, rufos, forros e componentes correlatos.

10.5.7. A definição das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo guarda relação com a complexidade, criticidade, segurança da edificação, continuidade das atividades institucionais e representatividade econômica dos serviços constantes da planilha orçamentária.

10.5.8. Eventual exigência de quantitativos mínimos para comprovação técnico-operacional deverá limitar-se ao máximo de até 50% dos quantitativos estimados das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, desde que tecnicamente necessária e devidamente justificada nos autos, vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade.

10.5.9. Será admitido o somatório de atestados ou certidões para comprovação da capacidade técnica, desde que os serviços sejam compatíveis em características, complexidade e pertinência com o objeto licitado e com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

10.5.10. Não será exigida comprovação de experiência em todos os itens da planilha, mas apenas nas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo indicadas neste Edital e no Termo de Referência.

10.5.11. A exigência de qualificação técnica não afasta a responsabilidade integral da Contratada pela execução de todos os serviços constantes do objeto, ainda que não tenham sido utilizados como parcelas de maior relevância para fins de habilitação.

10.6. Dos documentos exigíveis apenas da licitante vencedora



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.6. A apresentação de documentos relativos à execução contratual, tais como Plano de Manutenção Predial, plano de mobilização, comprovação de estrutura operacional, relação de equipe técnica executora, canal de atendimento, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, quando aplicável, e demais documentos operacionais previstos no Termo de Referência, será exigida apenas da licitante vencedora, previamente ao início da execução contratual ou no prazo fixado pela Administração.

10.6.1. Os documentos mencionados no item anterior não constituem requisito de habilitação das demais licitantes, salvo quando expressamente exigidos neste Edital como condição de habilitação, devendo ser apresentados pela vencedora como condição para emissão da Ordem de Serviço, assinatura contratual ou início da execução, conforme previsto no Termo de Referência.

10.6.2. A ausência, insuficiência ou inadequação dos documentos operacionais exigidos da vencedora poderá impedir o início da execução contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, caso caracterizado descumprimento injustificado das obrigações assumidas.

#### **10.7. Das declarações obrigatórias**

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.7.1. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicável.

10.7.2. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, tributárias, ambientais, de segurança do trabalho e demais encargos incidentes sobre a execução do objeto.

#### **10.8. Da forma de apresentação e verificação dos documentos**

10.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, por cópia simples acompanhada de declaração de autenticidade, ou em formato digital, conforme admitido pelo sistema eletrônico e pela legislação aplicável.

10.8.1. A habilitação será verificada por meio do HABILITANET, subsistema do LICITANET, do SICAF ou de outro sistema cadastral admitido pela Administração, quanto aos documentos por eles abrangidos.

10.8.2. Somente haverá necessidade de apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida quanto à autenticidade, integridade ou validade do documento digital, ou quando a lei expressamente o exigir.

10.8.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, no HABILITANET ou em sistema cadastral equivalente deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro via chat.

10.8.4. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.8.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais no SICAF, HABILITANET ou sistema equivalente, mantendo-os atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.8.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação, caso impossibilite a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital.

10.9. Da fase de verificação da habilitação

10.9. A verificação no HABILITANET, no SICAF ou em sistema equivalente, bem como a exigência dos documentos nele não contemplados, será realizada em relação ao licitante mais bem classificado, após a fase de julgamento das propostas, salvo se adotada inversão de fases nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte observarão o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurado o prazo legal para regularização, quando cabível.

10.9.2. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, a verificação ou exigência dos documentos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitadas as regras previstas neste Edital.

10.10. Do saneamento e complementação documental

10.10. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, para:

10.10.1. aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.10.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.10.4. suprimimento da ausência de certidão ou documento expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública;

10.10.5. esclarecimento de inconsistências formais, erros materiais ou dúvidas quanto ao conteúdo de documentos já apresentados, desde que não haja alteração substancial da proposta ou apresentação de condição nova inexistente à época da abertura do certame.

10.11. Findo o prazo assinalado sem o envio da documentação solicitada ou sem a regularização admitida, restará preclusa a oportunidade conferida ao licitante, podendo ser declarada sua inabilitação.

10.12. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.13. Da inabilitação e convocação subsequente

10.13. Na hipótese de o licitante mais bem classificado não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente Edital.

10.13.1. Na hipótese prevista no item anterior, será observado o prazo disposto no item 10.8.3 para envio dos documentos de habilitação pelo licitante convocado.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.13.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital, após concluídos os procedimentos de habilitação, observado o sigilo de informações protegidas por lei.

10.14. Das empresas estrangeiras

10.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato, os documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.15. Disposições finais sobre habilitação

10.15. A apresentação de declaração falsa, documento falso ou informação inverídica sujeitará o licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo de sua inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

10.15.1. A habilitação do licitante não afasta a obrigação de manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

10.15.2. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, responsável técnico habilitado e regularmente registrado no conselho profissional competente, bem como cumprir as normas técnicas, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e de segurança aplicáveis à execução do objeto.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante devidamente justificada e aceita pela Administração.

11.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital no sistema LICITANET e disponibilizada para consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11.4. Será formalizada uma única Ata de Registro de Preços para o Lote Único constante neste Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos serviços, as quantidades estimadas, os preços registrados e as demais condições fixadas no Termo de Referência.

11.5. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão divulgados no PNCP e deverão ser mantidos atualizados durante toda a vigência da Ata.

11.6. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Câmara Municipal de Parintins a contratar, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para o objeto, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

fazê-lo pelo preço do primeiro colocado ou, caso não aceitem, para assinar pelo seu próprio preço, desde que este seja inferior ao preço máximo aceitável.

11.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, na forma do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a manutenção da vantagem dos preços registrados.

#### **12. DO TERMO DO CONTRATO**

12.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas obrigatoriamente por meio de Termo de Contrato, em observância ao Art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza de serviço de engenharia e o valor estimado da contratação ser superior ao limite estabelecido para dispensa de licitação.

12.2. Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) e a reserva orçamentária, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação.

12.3. Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá:

12.3.1. Encaminhar o instrumento para assinatura digital via sistema de processo eletrônico, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a conclusão do ato.

12.3.2. Enviar o termo via correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para devolução assinada em igual prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4. A assinatura do contrato ou o aceite do instrumento equivalente implica o reconhecimento de que a contratada se vincula à sua proposta e às previsões do Edital e do Termo de Referência, bem como às hipóteses de rescisão previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Os prazos para assinatura poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação pela Câmara Municipal.

12.6. O prazo de vigência contratual é aquele estabelecido no Termo de Referência, respeitada a natureza continuada do serviço de manutenção predial.

12.7. No ato da assinatura do contrato será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação (jurídica, fiscal, trabalhista e técnica) consignadas neste Edital.

12.7.1. A existência de restrições ou débitos não regularizados perante as fazendas públicas e a justiça do trabalho constitui fator impeditivo para a assinatura do instrumento.

#### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.





## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP.

14.2. O prazo para interposição de recurso é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento ou habilitação.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente durante a sessão pública, sob pena de preclusão administrativa.

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer no sistema LICITANET não será inferior a 10 (dez) minutos, contados da abertura do campo específico pelo Pregoeiro.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais (03 dias úteis) terá início na data da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, ou da intimação do ato, conforme o caso.

14.4. Os recursos e as razões recursais deverão ser encaminhados obrigatoriamente por meio de campo próprio do sistema eletrônico LICITANET.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis.





## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

14.5.1. Caso não reconsidere a decisão no prazo legal, a autoridade deverá encaminhar o recurso devidamente instruído para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos neste Edital não serão conhecidos pela Administração.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da divulgação da interposição do recurso no sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento, mantendo-se a higidez dos demais atos do certame.

14.10. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos seguintes endereços eletrônicos:

14.10.1. Portal da Transparência: <https://transparencia.parintins.am.leg.br/transparencia>.

14.10.2. Plataforma de Licitação: <https://www.licitanet.com.br/>.

#### **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta (planilha de custos) quando exigível.

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

15.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.6. Fraudar a licitação ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

15.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

15.1.9. Utilizar softwares, ferramentas automatizadas ("robôs") ou qualquer expediente técnico que envie lances sucessivos em intervalos ínfimos ou massivos, com o intuito de prejudicar a fluidez do certame, causar instabilidade no sistema eletrônico ou frustrar o caráter competitivo da licitação.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência.

15.2.2. Multa.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Câmara Municipal de Parintins.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor estimado do contrato licitado.

15.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Parintins/AM, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

15.8. A sanção de declaração de inidoneidade observará o prazo previsto no Art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021 (de 3 a 6 anos).

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP.

15.10. Do Processo de Responsabilização

15.10.1. A apuração demandará instauração de processo conduzido por comissão composta por servidores estáveis, garantindo-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa escrita.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.

15.12. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

15.13. Para a garantia da ampla defesa, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial e cadastrados no SICAF, sendo estes considerados endereços de uso contínuo e oficial da empresa para fins deste certame.

#### **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por forma eletrônica, através de campo específico da Plataforma LICITANET, em observância ao Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP.

16.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem, por si só, os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, com a devida publicidade nos autos do processo e no sistema LICITANET.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital:

16.6.1. Se a alteração decorrente do acolhimento da impugnação afetar a formulação das propostas, a Administração da Câmara Municipal procederá à republicação do Edital e à reabertura do prazo originalmente estabelecido, nos termos do Art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2. Caso a alteração não comprometa a formulação das propostas, o certame prosseguirá na data agendada, dando-se ciência das modificações a todos os interessados através do sistema.

#### **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

17.1. A ata da sessão pública será divulgada e permanecerá disponível no sistema eletrônico LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, imediatamente após o encerramento da sessão.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo constantes neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF, inclusive para fins de contagem de prazos e encerramento de lances.

17.4. A homologação do resultado desta licitação e o registro dos preços não implicam direito subjetivo à contratação, a qual ficará condicionada à conveniência, oportunidade, necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público da Câmara Municipal de Parintins.

17.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade da contratação, a segurança jurídica e a adequada execução do objeto.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Da Contagem de Prazos — art. 183 da Lei nº 14.133/2021

17.7.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.7.2. Todos os prazos previstos nesta licitação serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido diverso.

17.7.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal de Parintins.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, sem prejuízo à Administração, aos demais licitantes ou à segurança da contratação, observados os princípios da isonomia, da razoabilidade, da competitividade, do formalismo moderado e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, a interpretação deverá preservar a coerência do conjunto da contratação, observando-se os seguintes critérios:

17.9.1. quanto às regras procedimentais da licitação, prevalecerão as disposições deste Edital;

17.9.2. quanto às especificações técnicas, condições de execução, critérios de medição, recebimento, fiscalização, obrigações da Contratada e demais requisitos técnicos do objeto, prevalecerão as disposições do Termo de Referência;

17.9.3. quanto aos elementos de planejamento, justificativas da contratação, solução escolhida, estimativas, riscos e fundamentos técnicos da demanda, prevalecerão as disposições do Estudo Técnico Preliminar — ETP, desde que compatíveis com o Termo de Referência e com este Edital;

17.9.4. quanto às condições de execução contratual, prevalecerão as disposições da minuta contratual, desde que compatíveis com este Edital, com o Termo de Referência, com a Ata de Registro de Preços e com a Lei nº 14.133/2021.

17.10. A matriz de riscos constante do Estudo Técnico Preliminar — ETP integra o presente Edital para todos os fins, independentemente de sua reprodução integral no corpo deste instrumento convocatório, devendo orientar a gestão, a fiscalização, a execução contratual, a alocação de responsabilidades entre as partes, a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, bem como a análise de eventual revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, observada a necessária instrução formal do processo administrativo e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.11. Os dados pessoais fornecidos pelos licitantes serão tratados exclusivamente para as finalidades deste certame e da futura contratação, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados — Lei nº 13.709/2018.

17.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e nos seguintes endereços eletrônicos:

17.12.1. <https://transparencia.parintins.am.leg.br/transparencia>.

17.12.2. <https://www.licitanet.com.br/>.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**18. DOS ANEXOS**

18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1. ANEXO I — Termo de Referência.

18.1.2. ANEXO II — Estudo Técnico Preliminar — ETP, incluindo a matriz de riscos da contratação.

18.1.3. ANEXO III — Minuta de Ata de Registro de Preços.

18.1.4. ANEXO IV — Minuta de Termo de Contrato.

18.1.5. ANEXO V — Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Composições de Custos Unitários.

18.1.6. ANEXO VI — Modelo de Proposta Comercial, acompanhado da planilha detalhada de preços unitários e totais.

18.1.7. ANEXO VII — Modelo de Declaração Unificada.

Câmara Municipal de Parintins/AM, 24 de JUNHO de 2026.

**DANIELLE CRISTINA RAMOS DA SILVA**

Assessora Técnica

Portaria nº 126/SRH-CMP, de 08 de abril de 2025

**Ver. PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**

Presidente da Câmara Municipal de Parintins

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD****ANEXO I**

Processo Administrativo Licitatório nº 011/2026 – CL/CMP

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins, nas condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

1.2. Detalhamento dos Lotes e Quantitativos Estimados — A contratação será realizada por LOTE ÚNICO (Global), considerando a natureza integrada dos serviços de manutenção predial e a necessidade de responsabilidade técnica centralizada pela execução do objeto, abrangendo, de forma coordenada, os serviços de manutenção elétrica, hidrossanitária, pintura, reparos em esquadrias, telhados e forros, bem como remoções, retiradas, demolições, alvenarias, revestimentos e demais intervenções acessórias à manutenção predial.

1.2.1. A adoção do lote único justifica-se pela interdependência técnica e operacional entre as diversas frentes de serviço, cuja execução por múltiplos contratados poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica, dificuldade de coordenação, sobreposição ou descontinuidade de serviços, aumento de interfaces entre executores, risco de incompatibilidade entre etapas e prejuízo à fiscalização contratual.

1.2.2. O agrupamento dos serviços em lote único visa preservar a continuidade operacional da sede do Legislativo, assegurar maior eficiência na gestão contratual, permitir a responsabilização integral da Contratada pelos resultados da manutenção predial, reduzir riscos de paralisações ou retrabalhos e garantir maior segurança, funcionalidade e conservação das instalações da Câmara Municipal de Parintins.

1.2.3. A opção pelo lote único não tem por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar a adequada execução do objeto, considerando que os serviços possuem natureza complementar e devem ser executados de forma planejada, coordenada e compatível com as necessidades administrativas da Câmara Municipal, conforme quantitativos estimados e especificações técnicas constantes da planilha abaixo e demais anexos do processo.

LOTE 1 – MANUTENÇÃO PREDIAL			
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA			
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTD E
1	<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA COMPREENDENDO:</b> fornecimento e instalação de Interruptores; tomadas; luminárias; Lâmpadas compactas e tubulares; cabos flexíveis; disjuntores e quadro de distribuição, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
1.1	Interruptor simples (1 módulo) com interruptor paralelo (1 módulo), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.2	Interruptor simples (2 módulos) com interruptor paralelo (2 módulos), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.3	Interruptor simples (3 módulos) com interruptor paralelo (1 módulo), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.4	Tomada baixa de embutir (1 módulo), 2P+T 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.5	Tomada baixa de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20
1.6	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20
1.7	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20
1.8	Tomada baixa de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. Af_03/2023	Un	20
1.9	Tomada baixa de embutir (3 módulos), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.10	Tomada média de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.11	Tomada média de embutir (1 módulo), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.12	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.13	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.14	Tomada média de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.15	Tomada média de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.16	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.17	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.18	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 12W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.19	Luminária tipo spot, de sobrepor, com 1 lâmpada led 20W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.20	Luminária led de sobrepor - quadrada 60x60cm, incluso driver - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.21	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 18W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.22	Luminária led de embutir - quadrada 60x60cm, incluso driver - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.23	Luminária tipo plafon quadrada, de embutir, com led de 24W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	18
1.24	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 24W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	18
1.25	Luminária refletor led para iluminação pública, 50W - fornecimento e instalação. AF_02/2025	Un	18



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.26	Luminária refletor led para iluminação pública, 200W - fornecimento e instalação. AF_02/2025	Un	18
1.27	Luminária arandela tipo tartaruga, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 6W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.28	Luminária tipo calha, de sobrepor, com 1 lâmpada tubular led de 18W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.29	Luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas tubulares led de 18W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	10
1.33	Lâmpada compacta de led 10W, base E27 - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	15
1.34	Lâmpada tubular led de 18/20 W, com soquete, base G13 - fornecimento e instalação. AF_09/2024_PS	Un	25
1.35	Cabo de cobre flexível isolado, 6mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	25
1.36	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	25
1.37	Cabo de cobre flexível isolado, 4mm <sup>2</sup> , anti-chama 450/750V, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	200
1.38	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	400
1.39	Cabo de cobre flexível isolado, 10mm <sup>2</sup> , anti-chama 450/750V, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	50
1.40	Cabo de cobre flexível isolado, 16mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	160
1.41	Cabo de cobre flexível isolado, 25mm <sup>2</sup> , 0,6/1,0 Kv, para rede aérea de distribuição de energia elétrica de baixa tensão - fornecimento e instalação. AF_12/2025	M	150
1.42	Cabo de cobre flexível isolado, 50mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para rede enterrada de distribuição de energia elétrica - fornecimento e instalação. AF_12/2021	M	150
1.43	Disjuntor bipolar DR 63A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.44	Disjuntor tripolar DIN 80A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.45	Disjuntor monopolar tipo NEMA, corrente nominal de 10 até 30A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.46	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	15
1.47	Disjuntor termomagnético tripolar, corrente nominal de 250A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	2
1.48	Disjuntor tripolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.49	Quadro de distribuição de energia em chapa de aço galvanizado, de embutir, com barramento trifásico, para 30 disjuntores DIN 225A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	2
1.50	Quadro de distribuição de luz em pvc para 24 disjuntores - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	3
<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIO</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTD E</b>

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

2	<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIAS COMPREENDENDO:</b> fornecimento e instalação de assento sanitário convencional e para PCDs; torneira; tubos PVC; sifão; tanque; lavatórios; caixas de gordura caixa enterrada hidráulica; remoção de metais sanitários, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
2.1	Assento sanitário convencional - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.2	Assento sanitário para PCDs - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.3	Remoção de metais sanitários, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	Un	3
2.4	Torneira cromada de mesa com alavanca, para lavatório de sanitário PCDs - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.5	Tubo PVC, serie normal, esgoto predial, DN 100 mm, fornecido e instalado em subcoletor aéreo de esgoto sanitário. AF_08/2022	M	10
2.6	Sifão do tipo flexível em PVC 1" x 1.1/2" - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.7	Sifão do tipo garrafa/copo em PVC 1.1/4" x 1.1/2" - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.8	Tanque de louça branca com coluna, 30l ou equivalente, incluso sifão flexível em PVC, válvula metálica e torneira de metal cromado padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	5
2.9	Lavatório louça branca com coluna, 45 x 55 cm ou equivalente, padrão médio, incluso sifão tipo garrafa, válvula e engate flexível de 40 cm em metal cromado, com torneira cromada de mesa, padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	5
2.10	Torneira cromada de mesa para lavatório, tipo monocomando. AF_02/2026	Un	5
2.11	Torneira de boia para caixa d'água, roscável, 1/2" - fornecimento e instalação. AF_08/2021	Un	5
2.12	Torneira cromada de mesa com fechamento automático, para lavatório - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.13	Torneira plástica 3/4" para tanque - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	8
2.14	Torneira cromada tubo móvel, de parede, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha, padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	8
2.15	Caixa de gordura simples (capacidade: 36 l), retangular, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 0,2x0,4m, altura interna = 0,8m. AF_12/2020	Un	4
2.16	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, dimensões internas: 0,8x0,8x0,6m para rede de esgoto. AF_12/2020	Un	4
<b>SERVIÇO DE PINTURA</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTD E</b>
3	<b>SERVIÇO DE PINTURA COMPREENDENDO:</b> fornecimento e aplicação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
3.1	Pintura látex acrílica standard, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF_04/2023	m²	60
3.2	Pintura fundo nivelador poliuretânico branco em madeira. AF_01/2021	m²	60
3.3	Pintura imunizante para madeira, 2 demãos. AF_01/2021	m²	40
3.4	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, 2 demãos. AF_01/2021	m²	40
3.5	Pintura tinta de acabamento (pigmentada) esmalte base água em madeira, 1 demão. AF_01/2021	m²	100



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

3.6	Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação mecânica, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021	m²	200
3.7	Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF_04/2023	m²	500
3.8	Pintura de demarcação de vaga com tinta epóxi, e = 10 cm, aplicação manual. AF_05/2021	m	60
3.9	Pintura com tinta acrílica de acabamento pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). AF_01/2020_PE	m²	60
3.10	Pintura de demarcação de vaga com tinta acrílica, E = 10 cm, aplicação mecânica com demarcadora a tração manual. AF_05/2021	m	40
3.11	Pintura de símbolo "deficiente físico" com tinta acrílica, utilização de molde plástico e aplicação mecânica, 120x120 cm. AF_05/2021	Un	40
3.12	Pintura de símbolo "idoso" com tinta acrílica, utilização de molde plástico e aplicação mecânica, 120x120 cm. AF_05/2021	Un	40
3.13	Pintura de números e letras para sinalização horizontal, altura 100 mm, aplicador spray e molde plástico. AF_05/2021	Un	60
<b>SERVIÇO DE REPAROS EM ESQUADRIAS</b>			
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTD E
<b>4</b>	<b>SERVIÇO DE REPAROS EM ESQUADRIAS COMPREENDENDO:</b> remoção, fornecimento de materiais instalação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
4.1	Remoção de acessórios, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	Un	25
4.2	Jogo de ferragens cromadas para porta de vidro temperado, uma folha composta de dobradiças superior e inferior, trinco, fechadura, contra fechadura com capuchinho sem mola e puxador. AF_11/2025	Un	5
4.3	Fechadura de embutir para portas internas, completa, acabamento padrão popular, com execução de furo - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	15
4.4	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa, acabamento padrão popular, incluso execução de furo - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	15
4.5	Kit de porta de madeira tipo veneziana, padrão popular, 80x210cm, espessura de 3cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	5
4.6	Kit de porta de madeira frisada, semi-oca (leve ou média), padrão popular, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	5
4.7	Dobradiça tipo vai e vem em latão polido 3". AF_10/2025	Un	15
4.8	Dobradiça em aço/ferro, 3" x 2 1/2", e=1,9 a 2mm, sem anel, cromado ou zincado, tampa bola, com parafusos. AF_10/2025	Un	15
4.9	Mola hidráulica de piso para porta de vidro temperado. AF_11/2025	Un	10
4.10	Remoção de vidro liso comum de esquadria com baguete de madeira. AF_11/2025	m²	10
4.11	Remoção de vidro liso comum de esquadria com baguete de alumínio ou PVC. AF_11/2025	m²	10



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.12	Instalação de vidro impresso, E = 4 mm, em esquadria de madeira, fixado com baguete. AF_11/2025	m²	10
4.13	Instalação de vidro temperado, E = 6 mm, encaixado em perfil U. AF_11/2025	m²	10
4.14	Instalação de vidro liso incolor, E = 4 mm, em esquadria de madeira, fixado com baguete. AF_11/2025	m²	10
<b>SERVIÇO DE REPAROS EM TELHADOS E FORROS</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTD E</b>
<b>5</b>	<b>SERVIÇO DE REPAROS EM TELHADOS E FORROS:</b> remoção, fornecimento de materiais instalação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
5.1	Retirada e recolocação de caibro de madeira em telhados de mais de 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. AF_10/2025	m²	50
5.2	Trama de aço composta por terças para telhados de até 2 águas para telha ondulada de fibrocimento, metálica, plástica ou termoacústica, incluso transporte vertical, exclusive pintura. AF_10/2025_PS	m²	50
5.3	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, com recobrimento lateral de 1/4 de onda para telhado com inclinação maior que 10°, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019	m²	200
5.4	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019	M	50
5.5	Rufo em fibrocimento para telha ondulada e = 6 mm, aba de 26 cm, incluso transporte vertical, exceto contrarrufo. AF_07/2019	M	50
5.6	Rufo externo/interno em chapa de aço galvanizado número 26, corte de 33 cm, incluso içamento. AF_07/2019	M	50
5.7	Remoção calhas e rufos, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	M	44
5.8	Forro em régua de pvc, liso, para ambientes residenciais, inclusive estrutura unidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.9	Forro em drywall para ambientes residenciais, inclusive estrutura unidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.10	Forro em fibra mineral, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação. AF_08/2023_PS	m²	15
5.11	Acabamentos para forro (roda-forro em perfil metálico e plástico). AF_08/2023	M	32
5.12	Forro em régua de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura bidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.13	Acabamentos para forro (sanca de gesso, montada na obra). AF_08/2023_PS	m²	32
<b>SERVIÇO DE REMOÇÃO, RETIRADAS, DEMOLIÇÕES, ALVENARIAS E REVESTIMENTOS</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTD E</b>
<b>6</b>	<b>SERVIÇO DE REMOÇÃO E RETIRADAS:</b> executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, vedada sua utilização para obra nova, ampliação estrutural autônoma ou empreendimento independente		



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

6.1	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	100
6.2	Remoção de acessórios, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	30
6.3	Remoção de telhas de fibrocimento metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	30
6.4	Remoção de interruptores/tomadas elétricas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	30
6.5	Remoção de forros de drywall, PVC e fibromineral, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	32
7	SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RETIRADAS, DEMOLIÇÕES, ALVENARIAS E REVESTIMENTOS: executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, vedada sua utilização para obra nova, ampliação estrutural autônoma ou empreendimento independente		
7.1	Demolição de argamassas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	20
7.2	Demolição de alvenaria para qualquer tipo de bloco, de forma mecanizada, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m³	20
7.3	Demolição de revestimento cerâmico, de forma mecanizada com martelo, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	20
7.4	Demolição de piso de concreto simples, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m³	15
7.5	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo manual. AF_12/2021	m²	15
7.6	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo manual. AF_10/2022	m²	15
7.7	Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em panos de fachada com presença de vãos, espessura de 35 mm. AF_08/2022	m²	15
7.8	Revestimento cerâmico para paredes externas em pastilhas de porcelana 5 x 5cm (placas de 30 x 30 cm), alinhadas a prumo. AF_02/2023	m²	15
7.9	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada de dimensões 60x60cm aplicada em ambientes de área menor que 5 m². AF_02/2023_PE	m²	30
7.10	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 80x80 cm aplicada em ambientes de área menor que 5m². AF_02/2023_PE	m²	30
7.11	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 20x20cm aplicadas em diagonal, a meia altura das paredes. AF_02/2023_PE	m²	30
7.12	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 33x45cm aplicadas a meia altura das paredes. AF_02/2023_PE	m²	30

1.3. O valor máximo aceitável da contratação é de **R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos)**, conforme planilha orçamentária detalhada, memória de cálculo, composições unitárias de custos e demais documentos técnicos anexos aos autos do processo administrativo.





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.4. Classificação quanto à natureza: O objeto desta contratação é classificado como serviço comum de engenharia, nos termos do Art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva nas áreas civil, elétrica e hidráulica possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme detalhadamente justificado neste Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Classificação quanto ao modelo de execução: O serviço é enquadrado como continuado, com fundamento no Art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a conservação e manutenção das instalações da sede da Câmara Municipal de Parintins constituem necessidades permanentes e prolongadas para a manutenção da atividade administrativa, sendo a vigência plurianual tecnicamente mais vantajosa para garantir a padronização dos serviços e a otimização dos custos operacionais ao longo do tempo.

1.6. Da vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes

1.6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, não se confundindo com a vigência dos contratos administrativos dela decorrentes.

1.6.2. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, na forma da legislação aplicável e desde que prevista no edital, mediante demonstração da vantajosidade da manutenção dos preços registrados e do interesse público.

1.6.3. Os contratos administrativos celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços terão vigência própria, definida no respectivo instrumento contratual, conforme a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições de execução do objeto.

1.6.4. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável, desde que formalmente demonstrados, em cada prorrogação:

1.6.4.1. a manutenção da necessidade administrativa;

1.6.4.2. a adequada e satisfatória execução contratual;

1.6.4.3. a vantajosidade econômica para a Administração;

1.6.4.4. o interesse público na continuidade da contratação;

1.6.4.5. a existência de disponibilidade orçamentária em cada exercício financeiro.

1.7. Detalhamento complementar: O instrumento contratual estabelecerá, de forma específica, as regras aplicáveis à vigência, aos reajustes, às eventuais prorrogações, às condições de execução, medição, faturamento e pagamento, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à formalização contratual, à execução orçamentária, à emissão de empenho e ao acompanhamento dos dispêndios efetivamente realizados em cada exercício financeiro.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Câmara Municipal de Parintins/AM, enquanto instituição basilar da democracia local, tem a responsabilidade premente de zelar pela guarda e conservação de seu patrimônio físico. Para o cumprimento eficaz de sua missão institucional, torna-se imprescindível garantir a integridade, funcionalidade e segurança de sua sede, patrimônio público cuja preservação é condição *sine qua non* para o exercício das atividades legislativas e o atendimento seguro aos cidadãos.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

2.2. Nesse contexto, a CMP reconhece a necessidade estratégica de implementar uma gestão de manutenção predial integrada, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidráulica por meio de intervenções preditivas, preventivas e corretivas. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza demandável dos serviços, permitindo que a Administração atue de forma célere e econômica diante de falhas imprevistas ou na execução de rotinas programadas de conservação, otimizando a aplicação dos recursos públicos.

2.3. A relevância desta contratação fundamenta-se nos seguintes pontos cruciais:

2.3.1. Preservação do Patrimônio e Economicidade: A manutenção proativa atua como um investimento estratégico que blinda o edifício contra a deterioração progressiva. Ao priorizar manutenções preventivas e preditivas, a CMP mitiga a ocorrência de danos estruturais graves e reparos emergenciais de alto custo, garantindo a longevidade do ativo imobiliário e a eficiência do gasto público, em consonância com o princípio da economicidade.

2.3.2. Segurança e Continuidade Operacional: A integridade das instalações elétricas (em conformidade com a NR-10) e a estanqueidade das coberturas são fatores críticos para a segurança de vereadores, servidores e do público em geral. A disponibilidade de uma contratada especializada assegura a continuidade dos trabalhos legislativos, evitando interrupções causadas por sinistros elétricos, vazamentos ou falhas estruturais que possam comprometer o funcionamento das sessões.

2.3.3. Eficiência no Ambiente de Trabalho: Um ambiente funcional, com sistemas hidráulicos e elétricos em perfeito estado de conservação, impacta diretamente na produtividade institucional. A modernização técnica por meio de manutenções corretivas eficazes garante que a infraestrutura física suporte adequadamente as tecnologias e os processos administrativos modernos adotados pela CMP.

2.3.4. Gestão Especializada e Expertise Técnica: A Administração reconhece que a manutenção de complexos prediais exige expertise técnica multifacetada (engenheiros, técnicos e oficiais) e equipamentos que transcendem a capacidade operacional do seu quadro permanente. A contratação viabiliza o acesso a profissionais qualificados e tecnologias de ponta, garantindo soluções técnicas robustas sob a responsabilidade de quem detém o devido acervo técnico (Resolução CONFEA nº 1.137/2023).

2.3.5. Conformidade Normativa e Mitigação de Riscos: A empresa contratada será integralmente responsável por assegurar que todos os serviços sejam executados em estrita observância às normas da ABNT e legislações ambientais, especialmente no manejo de resíduos (PGRCC). Tal diretriz protege a Câmara de sanções administrativas e assegura que as intervenções prediais sigam os mais rigorosos padrões de segurança e sustentabilidade.

2.3.6. Resposta Ágil a Demandas Emergenciais: O regime de plantão e a disponibilidade operacional previstos garantem que situações de risco iminente ao patrimônio ou à integridade física recebam resposta imediata, evitando o agravamento de danos que poderiam paralisar o serviço público legislativo.

2.3.7. Em síntese, esta contratação representa o compromisso da Câmara Municipal de Parintins com a gestão profissional de seus ativos, visando assegurar a sustentabilidade do patrimônio público, a segurança dos usuários e a eficiência plena das atividades em um ambiente tecnicamente seguro e institucionalmente digno.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

#### **3.1. Visão Geral da Solução**





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

3.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção predial integrada, compreendendo as modalidades preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, equipamentos, materiais e mão de obra qualificada.

3.1.2. O modelo adotado é o de Sistema de Registro de Preços (SRP), visando atender às demandas da sede da Câmara Municipal de Parintins/AM de forma contínua e sob demanda, assegurando a funcionalidade das áreas civil, elétrica e hidráulica.

3.1.3. A solução foi desenhada para garantir que o patrimônio público seja preservado por meio de uma gestão proativa, mitigando o risco de interrupções nas atividades legislativas por falhas de infraestrutura.

**3.2. Especificações Técnicas e Escopo dos Serviços**

3.2.1. O escopo abrange intervenções em três eixos fundamentais, cujas especificações detalhadas constam nas planilhas de custos e projetos básicos anexos:

3.2.1.1. Manutenção Civil e Estrutural: Serviços de recuperação de coberturas (substituição de telhas e manutenção de calhas/rufos), serviços de alvenaria, revestimentos, pinturas acrílicas e reparos em esquadrias metálicas e de madeira.

3.2.1.1.1. Os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis previstos neste Termo de Referência serão executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinando-se à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, mediante emissão de Ordem de Serviço específica, sendo vedada sua utilização para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento.

3.2.1.2. Manutenção Elétrica: Manutenção de quadros de distribuição trifásicos, substituição de fiação de cobre (seções de 1,5mm<sup>2</sup> a 50mm<sup>2</sup>), dispositivos de proteção (disjuntores e DPS), sistemas de iluminação LED e aterramento, em estrita observância à norma NBR 5410 e à NR-10.

3.2.1.3. Manutenção Hidrossanitária: Reparos em redes de água fria e esgoto, manutenção de reservatórios, substituição de louças e metais sanitários, além de limpeza e reparos em caixas de gordura e inspeção.

**3.3. Requisitos de Qualidade e Normas Aplicáveis**

3.3.1. Todos os serviços deverão ser executados seguindo as normas técnicas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e as especificações dos fabricantes.

3.3.2. Os materiais, peças, componentes e insumos empregados na execução dos serviços deverão ser novos, sem uso anterior, compatíveis com os sistemas e instalações existentes, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT e demais regulamentações pertinentes, devendo possuir certificação de qualidade ou conformidade quando legalmente exigível. Para fins de composição de custos, aferição de preços e referência orçamentária, serão adotadas, entre outras tecnicamente pertinentes, as tabelas oficiais do SINAPI e do SBC.

3.3.3. A qualidade será aferida por meio de inspeções regulares da fiscalização, sendo a contratada obrigada a refazer, às suas expensas, qualquer serviço que apresente vícios ou imperfeições técnicas.

**3.4. Níveis de Serviço (SLA) e Prazos de Execução**

3.4.1. O prazo de execução de cada intervenção será definido na Ordem de Serviço (OS), variando conforme a complexidade do chamado.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

3.4.2. Para atendimentos emergenciais (ex: curto-circuitos ou vazamentos graves), a contratada deverá manter regime de plantão 24 horas, com tempo máximo de resposta de até 1 (uma) hora para atendimento remoto e até 2 (duas) horas para atendimento presencial.

3.4.3. Para manutenções preventivas e preditivas, o cronograma será estabelecido no Plano de Manutenção Predial (PMP), a ser apresentado pela vencedora antes do início das atividades.

#### **3.5. Justificativa da Escolha Técnica da Solução**

3.5.1. A escolha da manutenção integrada por SRP justifica-se pela impossibilidade de a Administração prever, com exatidão, o momento e a extensão das falhas corretivas, garantindo agilidade administrativa sem a necessidade de licitações isoladas para cada evento.

3.5.2. A opção pelo Lote Único é tecnicamente vantajosa, pois evita o conflito de responsabilidades entre diferentes empresas (ex: uma empresa de hidráulica danificando o revestimento executado por outra de civil), assegurando a garantia integral do sistema e a responsabilidade técnica centralizada.

3.5.3. A exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional (CAO) e técnico-profissional (CAT), fundamentada na Lei nº 14.133/2021, na Resolução CONFEA nº 1.137/2023 e na Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU), limita-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, especialmente aquelas relacionadas aos sistemas elétricos prediais e às estruturas de cobertura, visando assegurar que as licitantes demonstrem aptidão técnica compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, mitigando riscos de falhas, retrabalhos e comprometimento da qualidade da execução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

#### **3.6. Fundamentação na Viabilidade e Resultados Pretendidos do ETP**

3.6.1. A solução de manutenção integrada ora especificada fundamenta-se nas conclusões do Levantamento de Mercado e no Demonstrativo de Resultados Pretendidos constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), os quais ratificam a plena viabilidade técnica e a vantagem econômica do modelo para a mitigação de riscos estruturais e a extensão da vida útil do patrimônio público da Câmara Municipal.

3.6.2. A execução dos serviços deverá observar as medidas mitigadoras de impactos ambientais detalhadas no ETP, especialmente no que tange ao manejo de resíduos sólidos e à substituição de materiais por alternativas de menor toxicidade, garantindo que a modernização predial ocorra sob a égide da sustentabilidade socioambiental.

3.6.3. O modelo de gestão adotado assegura a convergência com as providências administrativas de fiscalização e controle interno planejadas, permitindo uma transição operacional eficiente entre a situação atual e a nova estrutura de manutenção por demanda, visando, em última análise, à eficiência administrativa e à continuidade ininterrupta das sessões e serviços legislativos.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

4.1.1. A Contratada deverá adotar mecanismos de implementação da sustentabilidade que favoreçam produtos e processos com menor impacto ambiental, observando, durante toda a execução, as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e as medidas mitigadoras apontadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.1.2. Em conformidade com a natureza dos serviços de manutenção predial, as seguintes iniciativas são obrigatórias:



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.1.2.1. Gestão de Resíduos Sólidos: Apresentação e cumprimento rigoroso do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), garantindo a separação, o acondicionamento e a destinação final ambientalmente adequada de entulhos, restos de fiação, metais e, prioritariamente, materiais perigosos como telhas de fibrocimento e recipientes de solventes/tintas.

4.1.2.2. Uso Racional de Recursos: Implementação de práticas que minimizem o desperdício de água e energia elétrica durante as intervenções, além de priorizar a utilização de materiais que possuam certificação de baixo impacto ambiental ou que permitam futura reciclagem.

4.1.2.3. Prevenção de Poluição: Adoção de medidas para evitar o derramamento de substâncias químicas e a dispersão de poeiras ou partículas voláteis nas dependências da Câmara Municipal, utilizando barreiras físicas e métodos de limpeza a seco quando tecnicamente viável.

#### **4.2. Indicação de Marcas ou Modelos**

4.2.1. Não há, no presente Termo de Referência, indicação de marcas ou modelos específicos, prevalecendo a exigência de qualidade técnica e conformidade com as normas da ABNT e tabelas de referência (SINAPI/SBC).

4.2.2. Os materiais e componentes utilizados (disjuntores, fiação, louças, telhas, etc.) deverão possuir plena compatibilidade técnica e física com a infraestrutura existente na Câmara Municipal de Parintins, garantindo a integridade dos sistemas e a manutenção das garantias vigentes.

#### **4.3. Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto**

4.3.1. Não há vedações específicas de marcas, desde que os insumos e equipamentos atendam rigorosamente aos requisitos de desempenho definidos nas planilhas orçamentárias e às Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança, especialmente a NR-10 para materiais elétricos.

#### **4.4. Da Exigência de Amostra**

4.4.1. Não haverá exigência de apresentação de amostras na fase de licitação, dado que a conformidade técnica será aferida pela fiscalização no momento do recebimento dos materiais em cada Ordem de Serviço, fundamentada na descrição detalhada das planilhas e na qualificação técnica exigida da empresa (CAO/CAT).

#### **4.5. Exigência de Carta de Solidariedade**

4.5.1. Não será exigida carta de solidariedade para esta contratação.

#### **4.6. Subcontratação**

4.6.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, sob as seguintes condições:

4.6.1.1. É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo que fundamentaram a habilitação técnico-operacional (CAO), especificamente a manutenção de redes elétricas e a reforma de coberturas/telhados.

4.6.1.2. A subcontratação restringe-se a serviços de apoio pontuais (ex: transporte de resíduos, locação de andaimes ou serviços de reparos em esquadrias), desde que previamente autorizada pela Administração.

4.6.1.3. O Contratado permanece com a responsabilidade integral e solidária pela perfeita execução contratual, coordenação e supervisão das atividades das subcontratadas.

#### **4.7. Garantia da Contratação (Segurança da Execução)**



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.7.1. Em consonância com a justificativa técnica expressa no Estudo Técnico Preliminar e visando à ampla competitividade no Sistema de Registro de Preços, não haverá exigência de garantia de execução (Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021). A segurança da Administração será resguardada pela retenção de pagamentos condicionada ao ateste das medições e pela aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento.

#### **4.8. Tratamento Favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**

4.8.1. A presente licitação observará o tratamento favorecido e simplificado para ME/EPP, conforme a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP, aplicados no julgamento do Lote Único de modo a fomentar a economia local de Parintins/AM.

#### **4.9. Vistoria/Visita Técnica**

4.9.1. Conforme o Art. 63, § 2º da Lei nº 14.133/2021, a visita técnica ao local é facultativa. O licitante que optar por não realizá-la deverá formalizar declaração de pleno conhecimento das condições locais, assumindo integralmente os riscos decorrentes de dificuldades de execução previsíveis mediante inspeção.

#### **4.10. Instalação de Escritório e Base Operacional**

4.10.1. Face à exigência de disponibilidade para atendimentos emergenciais (plantão 24h) e o cumprimento de Níveis de Serviço (SLA) rigorosos, a Contratada deverá manter ou instalar base operacional mínima no município de Parintins-AM, assegurando o tempo de resposta e a mobilização imediata de equipes técnicas conforme previsto no modelo de gestão deste Termo de Referência.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Diretrizes Gerais**

5.1.1. O modelo de execução do objeto visa assegurar a fluidez e a eficácia das intervenções prediais, minimizando impactos nas atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Parintins e garantindo a qualidade técnica final dos serviços, em estrita observância à NBR 5674 (Manutenção de Edificações).

#### **5.2. Condições de Execução**

5.2.1. O início da execução do objeto para cada intervenção ocorrerá mediante a emissão formal de Ordem de Serviço (OS) pela Câmara Municipal, na qual constará a descrição do serviço, o local exato e o prazo para conclusão.

5.2.2. A execução observará o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), caracterizando-se por demandas eventuais e fragmentadas, sem obrigatoriedade de contratação total dos itens registrados.

5.2.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução, os requisitos de habilitação técnica exigidos no certame, especialmente quanto à disponibilidade do responsável técnico detentor da CAT/CAO apresentada.

5.2.4. Todas as intervenções deverão ser precedidas de isolamento da área de trabalho e sinalização adequada, visando à proteção de servidores, parlamentares e usuários do edifício.

#### **5.3. Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.3.1. Os serviços serão prestados integralmente na sede da Câmara Municipal de Parintins, situada à Rua Umiri, 781, Conjunto Macurany, CEP 69.151-420, Parintins-AM.

5.3.2. O horário regular de execução será o expediente administrativo da Câmara. Todavia, serviços que gerem ruído excessivo, poeira ou interrupção de utilidades (energia/água) deverão ser realizados,



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

preferencialmente, em horários de contraturno ou em datas sem sessões plenárias, conforme cronograma semanal fornecido pela fiscalização.

5.3.3. Em situações de emergência ou reparos urgentes, a prestação de serviços poderá ocorrer em regime de plantão, inclusive em finais de semana e feriados, conforme acionamento específico.

#### **5.4. Rotinas a serem Cumpridas**

5.4.1. Manutenção Preventiva: Seguirá o Plano de Manutenção Predial (PMP) aprovado, com inspeções periódicas em telhados, quadros elétricos e sistemas hidráulicos para antecipar falhas.

5.4.2. Manutenção Corretiva: Atendimento a chamados para reparo de falhas já ocorridas, devendo a contratada apresentar diagnóstico e orçamento (com base nas tabelas de referência) antes da autorização do serviço.

5.4.3. Manutenção Preditiva: Monitoramento de sistemas críticos (ex: subestação/quadros de carga) por meio de ensaios visuais ou técnicos, visando otimizar a vida útil dos componentes.

#### **5.5. Materiais e Equipamentos**

5.5.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, ferramentas, andaimes e equipamentos necessários para a execução, garantindo que os insumos atendam aos critérios de sustentabilidade socioambiental do ETP (ex: lâmpadas LED, tintas de baixa toxicidade, louças com baixo consumo de água).

5.5.2. Em caso de vícios, defeitos ou má qualidade dos materiais aplicados, a substituição será imediata e integralmente custeada pela Contratada, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

#### **5.6. Informações para Dimensionamento da Proposta**

5.6.1. Para o correto dimensionamento da proposta, as licitantes deverão considerar as características físicas da sede da Câmara Municipal de Parintins, incluindo áreas cobertas, pé-direito, idade e condições das instalações elétricas, hidráulicas e civis, bem como os quantitativos estimados constantes das planilhas anexas, os quais foram definidos com base em inspeções técnicas, levantamentos realizados nas instalações prediais, histórico de manutenções e consumo da Unidade Gestora, análise das condições físicas, estruturais e operacionais da edificação e projeção de demandas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, conforme memória de cálculo, planilha orçamentária, composições unitárias de custos e demais documentos técnicos constantes dos autos do processo administrativo.

#### **5.7. Disposições sobre Contratações Integradas**

5.7.1. O presente objeto não se enquadra nos regimes de contratação integrada ou semi-integrada, tratando-se de execução por preço unitário em serviços comuns de engenharia.

#### **5.8. Especificação da Garantia do Serviço**

5.8.1. A Contratada responderá, pelo prazo de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança dos serviços de engenharia executados, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro.

5.8.2. Para reparos pontuais de natureza comum (troca de dispositivos elétricos, reparos hidráulicos menores e pinturas), a garantia mínima será de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do serviço.

#### **5.9. Uniformes e Identificação**

5.9.1. Todos os empregados da Contratada deverão atuar devidamente uniformizados, com vestimentas limpas e que contenham a identificação visível da empresa e o nome do profissional.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

5.9.2. É obrigatório o uso de crachá de identificação para o acesso às dependências da Câmara Municipal, além do uso rigoroso de EPIs compatíveis com a tarefa (capacete, luvas, botas, cinturão para trabalho em altura e proteção ocular/auditiva conforme NR-10 e NR-35).

#### **5.10. Procedimentos de Transição e Finalização**

5.10.1. Ao término do contrato, a empresa deverá entregar à Administração o "As Built" (como construído) de eventuais alterações significativas realizadas nas redes elétrica ou hidráulica, garantindo a transferência de conhecimento necessária para a continuidade da gestão patrimonial pela nova contratada ou pela equipe própria.

### **6. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**

6.1. Nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, os riscos relacionados à execução contratual observarão a distribuição objetiva de responsabilidades entre as partes, conforme as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e da futura minuta contratual. A matriz de riscos constante do Estudo Técnico Preliminar integra o presente Termo de Referência para todos os fins, devendo orientar a gestão, a fiscalização, a execução contratual, a alocação de responsabilidades, a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, bem como a análise de eventual revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.

6.2. Constituem riscos atribuídos à Contratada, entre outros:

6.2.1. falhas de execução técnica dos serviços;

6.2.2. fornecimento de materiais em desacordo com as especificações;

6.2.3. inadequada alocação de mão de obra, equipamentos ou ferramentas;

6.2.4. descumprimento das normas de segurança do trabalho, ambientais e técnicas aplicáveis;

6.2.5. atrasos decorrentes de planejamento interno, logística, aquisição de insumos ou gestão operacional da Contratada.

6.3. Constituem riscos atribuídos à Administração:

6.3.1. atraso na emissão de ordens de serviço;

6.3.2. indisponibilidade de acesso às áreas de execução por motivos administrativos;

6.3.3. atraso injustificado na análise de medições ou na liquidação da despesa.

6.4. Eventos extraordinários, imprevisíveis ou de força maior serão tratados conforme a legislação aplicável e os princípios do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.5. A matriz de riscos poderá ser revisada, atualizada ou complementada pela fiscalização contratual durante a execução, sempre que identificados fatos supervenientes capazes de impactar o equilíbrio econômico-financeiro, a execução dos serviços, a continuidade das atividades institucionais ou os resultados pretendidos pela Administração, observadas as disposições legais aplicáveis e a necessária instrução formal do processo.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **7.1. Disposições Gerais**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

7.1.2. As comunicações entre a Câmara Municipal e o Contratado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, através dos contatos oficiais da Câmara Municipal de Parintins ([licitacao@parintins.am.leg.br](mailto:licitacao@parintins.am.leg.br) e (92) 99111-5918).

7.1.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, a Administração poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial de alinhamento, visando a apresentação do plano de fiscalização e das diretrizes de segurança (NR-10 e NR-35).

#### **7.2. Preposto**

7.2.1. O Contratado designará formalmente preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando poderes para representá-lo na execução do objeto e para o recebimento de Ordens de Serviço (OS).

7.2.2. Dada a natureza dos serviços sob demanda e a necessidade de pronto atendimento emergencial em Parintins-AM, o Contratado deverá manter preposto apto a ser contatado e mobilizado imediatamente, não sendo necessária, contudo, sua permanência física em tempo integral nas dependências da Câmara fora dos períodos de execução das intervenções.

7.2.3. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação do preposto, hipótese em que a empresa deverá designar substituto em até 24 horas.

#### **7.3. Rotinas de Fiscalização**

7.3.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos designados pela autoridade máxima da Câmara Municipal, nos termos do Art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

7.3.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado por qualquer irregularidade técnica, vício redibitório ou emprego de material inadequado.

#### **7.4. Fiscalização Técnica**

7.4.1. O fiscal técnico acompanhará a execução para assegurar que as especificações da Planilha Orçamentária e as normas da ABNT sejam rigorosamente cumpridas.

7.4.2. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, emitindo notificações para correção de falhas e determinando prazos para regularização.

7.4.3. A fiscalização técnica abrangerá, especificamente:

7.4.3.1. A verificação da qualidade dos materiais entregues antes de sua aplicação;

7.4.3.2. A conferência do uso de EPIs e o cumprimento das normas de segurança do trabalho;

7.4.3.3. O ateste da medição dos serviços efetivamente realizados para fins de liquidação de despesa.

#### **7.5. Fiscalização Administrativa**

7.5.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada e acompanhará a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária ao longo da vigência.

7.5.2. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas da equipe alocada às Ordens de Serviço, exigir-se-á mensalmente:

7.5.2.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais (CND);

7.5.2.2. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

7.5.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.5.3. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar cópia da folha de pagamento e comprovantes de entrega de benefícios (vale-transporte/alimentação) dos profissionais envolvidos na execução direta do objeto na sede da Câmara.

7.6. Gestor do Contrato

7.6.1. Cabe ao gestor coordenar o processo de fiscalização, acompanhar o histórico de gerenciamento, validar o recebimento definitivo dos serviços e tomar providências para a formalização de processos sancionatórios, se necessário.

7.6.2. O gestor deverá encaminhar a documentação pertinente para liquidação e pagamento, certificando que o valor da fatura condiz com os serviços técnica e administrativamente atestados.

7.6.3. O gestor deverá dar encaminhamento imediato a qualquer denúncia de descumprimento de obrigações trabalhistas ou irregularidades no ambiente de trabalho reportadas pelos fiscais ou terceiros.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 8.1. Infrações Administrativas

8.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

8.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### 8.2. Aplicação das Sanções

8.2.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1.1. **Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.1.2. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 8.1.1.2, 8.1.1.3 e 8.1.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.1.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 8.1.1.5, 8.1.1.6, 8.1.1.7 e 8.1.1.8, bem como nas alíneas 8.1.1.2, 8.1.1.3 e 8.1.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.1.4. **Multa:**

8.2.1.4.1. **Moratória:**



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

8.2.1.4.1.1. Para as infrações descritas no subitem 8.1.1.4, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

8.2.1.4.1.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.1.4.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

#### **8.2.1.4.2. Compensatória:**

8.2.1.4.2.1. Para as infrações descritas nos subitens 8.1.1.5 a 8.1.1.8, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.1.4.2.2. Para a inexecução total do contrato prevista no subitem 8.1.1.3, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.1.4.2.3. Para a infração descrita no subitem 8.1.1.2, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.1.4.2.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no subitem 8.1.1.4, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.1.4.2.5. Compensatória, para a infração descrita no subitem 8.1.1.1, de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação, ressalvadas as infrações com percentuais específicos já indicados acima.

8.2.1.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.2.1.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

#### **8.3. Processo Administrativo para Aplicação de Sanções**

8.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3.3. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.3.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.4.2. As peculiaridades do caso concreto;



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

8.3.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.3.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.3.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.3.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.3.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

#### **8.4. Compensação de Débitos**

8.4.1. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 2022.

### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

9.1. Os critérios de medição e pagamento serão rigorosos, assegurando que os pagamentos correspondam fielmente aos serviços executados e em conformidade com as especificações contratuais.

#### **9.2. Medição**

9.2.1. Serão realizadas medições mensais, a partir da emissão da Ordem de Serviço, ou ao final de cada etapa da execução contratada.

9.2.2. O Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada não produzir os resultados acordados, deixar de



## ESTADO DO AMAZONAS

### CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 9.3 Recebimento

9.3.1 Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no ato da execução dos serviços, para posterior conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento pelo fiscal do contrato.

9.3.2 O recebimento provisório também ficará sujeito à verificação de todos os documentos e comprovantes exigidos para a contratação e, quando aplicável, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.3 O Contratado fica obrigado a corrigir, às suas expensas, quaisquer discrepâncias ou problemas identificados no Recebimento Provisório, não sendo atestada a última parcela da prestação do serviço até que todas as pendências sejam resolvidas.

9.3.4 Os serviços serão recebidos **definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por um servidor ou comissão designada, após verificação da quantidade e qualidade dos serviços prestados e sua aceitação por meio de termo detalhado.

9.3.5 A prestação do serviço poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando não estiver conforme as especificações deste Projeto Básico e as condições acordadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.6 Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

#### 9.4. Liquidação

9.4.1. Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogável por igual período.

9.4.2. Para a liquidação da despesa, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos essenciais, como prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a pagar e destaque de retenções tributárias.

9.4.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, a liquidação ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização.

9.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal do contratado, verificável por meio de consulta on-line aos sites oficiais ou documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.5. Em caso de constatação de irregularidade, o contratado será notificado para regularizar a situação ou apresentar defesa em até 5 (cinco) dias úteis, passível de prorrogação.

#### 9.5. Prazo de Pagamento

9.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente acompanhado da medição aprovada, do ateste da fiscalização contratual e da comprovação da



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, observadas as condições previstas neste Termo de Referência, no edital e na minuta contratual.

9.5.2. Em caso de atraso da Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA.

#### **9.6. Forma de pagamento**

9.6.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Haverá retenção tributária prevista na legislação aplicável. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mediante comprovação.

#### **9.7. Antecipação de Pagamento**

9.7.1. A presente contratação não permite antecipação de pagamento.

#### **9.8. Cessão de Crédito**

9.8.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.8.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.8.3. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

#### **9.9. Reajuste**

9.9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após esse interregno, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.9.2. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.9.3. Não se aplica à presente contratação o instituto da repactuação de preços, por não se tratar de contrato com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, adotando-se exclusivamente o reajuste por índice, mediante aplicação do IPCA, nos termos deste Termo de Referência, do edital, da minuta contratual e da Lei nº 14.133/2021.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **10.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO), nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **10.2. Forma de Prestação dos Serviços**

10.2.1. A prestação dos serviços será de natureza contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Câmara Municipal, mediante a emissão de Ordem de Serviço (OS), abrangendo manutenções preditivas, preventivas e corretivas nas áreas civil, elétrica e hidráulica, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e mão de obra especializada.

#### **10.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços**





## ESTADO DO AMAZONAS

### CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

10.3.1. As propostas serão avaliadas quanto à sua compatibilidade com os preços de mercado, utilizando-se como referência as tabelas SINAPI e SBC (Amazonas).

10.3.2. Serão desclassificadas propostas com valores globais ou unitários excessivamente superiores aos preços de referência constantes no orçamento estimativo.

10.3.3. Propostas com valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração serão submetidas à análise de exequibilidade, conforme o Art. 59, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

#### 10.4. Exigências de Habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

##### 10.4.1.1. Habilitação Jurídica

10.4.1.1.1. **Pessoa Física (se aplicável):** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.4.1.1.2. **Empresário Individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.4.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.4.1.1.4. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade Simples:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da licitante, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório de eleição, designação ou investidura de seus administradores, quando couber.

10.4.1.1.5. **Sociedade Empresária Estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

10.4.1.1.6. **Sociedade Simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.4.1.1.7. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.4.1.1.8. **Sociedade Cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

10.4.1.1.9. **Representante Legal:** Caso o representante legal da empresa não seja sócio-gerente ou diretor, deverá anexar instrumento público ou particular de procuração, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

10.4.1.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### 10.4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

10.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.4.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

10.4.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa;

10.4.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal (conforme o caso) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

10.4.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

10.4.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **10.4.3. Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

10.4.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.4.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado do último exercício social e demais demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação econômico-financeira da empresa, mediante apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.4.3.4. Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), poderá ser exigida, para fins de habilitação, a



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

comprovação de patrimônio líquido mínimo ou capital social integralizado correspondente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.4.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.4.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.4.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.4.3.8. A comprovação dos índices econômicos previstos neste item será realizada com base nas demonstrações contábeis apresentadas pela licitante, devidamente assinadas por profissional habilitado e, quando exigível, registradas na forma da legislação aplicável.

#### **10.4.4. Qualificação Técnica**

10.4.4.1. Declaração de Pleno Conhecimento: Declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições locais, ciente da faculdade de realização da visita técnica (Art. 63, § 2º da Lei 14.133/2021).

10.4.4.2. Capacidade Técnico-Operacional (Acervo da Empresa): Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo CREA em nome da pessoa jurídica, comprovando a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto licitado, limitando-se a exigência às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

10.4.4.2.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, poderá ser exigida comprovação de quantitativos compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, limitada ao percentual máximo de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados para o período de referência, desde que tal exigência seja tecnicamente necessária, devidamente justificada nos autos e não restrinja indevidamente a competitividade do certame.

10.4.4.2.2. Serão consideradas parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, aquelas que, pela sua complexidade, criticidade para a segurança da edificação, impacto na continuidade das atividades institucionais, necessidade de responsabilidade técnica especializada e representatividade econômica na planilha orçamentária, guardem relação direta e proporcional com o objeto da contratação, limitando-se às seguintes parcelas:

10.4.4.2.2.1. Manutenção, instalação, adequação, recuperação ou substituição de redes elétricas prediais, incluindo quadros de distribuição, circuitos elétricos, dispositivos de proteção, cabeamento e componentes correlatos.

10.4.4.2.2.2. Execução de serviços de manutenção, recuperação, substituição ou adequação de coberturas, telhados, estruturas de cobertura, calhas, rufos, forros e componentes correlatos.

10.4.4.2.2.3. A definição das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo deverá guardar correspondência com os itens de maior complexidade, criticidade técnica e representatividade econômica da planilha orçamentária, devendo a Administração manter nos autos a justificativa técnica da escolha dessas parcelas, de modo a assegurar proporcionalidade, pertinência com o objeto, ampla competitividade e compatibilidade com o mercado local e regional.

10.4.4.3. Capacidade Técnico-Profissional: Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, da Resolução CONFEA nº 1.137/2023 e do Acórdão nº 1.446/2015-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), a



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de profissional legalmente habilitado de nível superior, com formação compatível com o objeto licitado, tais como Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e/ou Arquiteto e Urbanista, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços de complexidade técnica compatível com as parcelas de maior relevância do objeto.

10.4.4.3.1. A comprovação do vínculo entre a licitante e o profissional responsável técnico poderá ocorrer por meio de relação empregatícia, participação societária, contrato de prestação de serviços ou declaração formal de disponibilidade futura, na forma da legislação e da jurisprudência aplicáveis.

10.4.4.4. Registro em Conselho de Classe: Comprovação de registro ativo da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove atividade relacionada com o objeto.

10.4.4.5. Estrutura Operacional para Execução: A licitante vencedora deverá, previamente ao início da execução contratual, comprovar perante a Administração a disponibilidade de equipamentos, ferramentas, estrutura operacional e equipe tecnicamente capacitada para o atendimento das demandas ordinárias e emergenciais decorrentes do objeto contratado.

10.4.4.5.1. Quando aplicável à natureza dos serviços a serem executados, deverá ser comprovada a capacitação dos profissionais envolvidos, observadas as normas regulamentadoras pertinentes, especialmente as NR-10, NR-35 e demais exigências legais de segurança do trabalho.

10.4.5. Disposições Gerais sobre Habilitação

10.4.5.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.4.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados.

10.4.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.4.5.4. Se a empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ da empresa matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor máximo aceitável da contratação é de **R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos)**, correspondente ao custo total estimado para a execução dos serviços, conforme planilha orçamentária detalhada anexa ao processo.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

#### **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para o Exercício de 2026 da Câmara Municipal de Parintins-AM, conforme as seguintes dotações:

Unidade Orçamentária: 0101 - Câmara Municipal - Classificação Programática: 01.031.0001.2.001 - Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Fonte de Recursos: 10 - Recursos Ordinários - 1. FPM, do Orçamento para o Exercício de 2026.

#### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

##### **13.1.1. Casos Omissos**

13.1.1.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

##### **13.1.2. Alterações**

13.1.2.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

##### **13.1.3. Foro**

13.1.3.1. Fica definido o Foro da Comarca de Parintins-AM, Seção Judiciária do Amazonas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Parintins/AM, 20 de maio de 2026.

**PAULA KARINA SOARES GOMES**

Assessora Técnica

Portaria nº. 034/2025 – SRH/CMP



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

#### **ANEXO II**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. A presente elaboração do Estudo Técnico Preliminar observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o planejamento como elemento essencial das contratações públicas, visando assegurar a seleção da solução mais adequada ao atendimento do interesse público, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e desenvolvimento nacional sustentável.

1.1.1. O planejamento das contratações públicas constitui etapa indispensável à adequada identificação da necessidade administrativa, à análise das soluções disponíveis no mercado e à definição da modelagem contratual mais vantajosa para a Administração Pública.

1.2. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar a necessidade administrativa, analisar as alternativas disponíveis, avaliar a viabilidade técnica, operacional, econômica e socioambiental da solução proposta e fornecer os elementos necessários à instrução da futura contratação.

1.2.1. Este documento constitui instrumento de planejamento destinado a subsidiar a tomada de decisão da autoridade competente, bem como orientar a elaboração dos documentos subsequentes da contratação, especialmente o Termo de Referência e demais peças técnicas pertinentes.

1.3. A elaboração deste estudo contempla a análise dos aspectos necessários e suficientes à caracterização da demanda administrativa, incluindo levantamento de mercado, estimativa de quantitativos, estimativa de custos, avaliação de riscos, definição da solução e demonstração da vantajosidade da contratação.

1.4. O objetivo do presente estudo consiste em identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional da Câmara Municipal de Parintins, assegurando compatibilidade com as exigências legais, técnicas, orçamentárias, operacionais e ambientais aplicáveis.

1.5. Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, observam-se, no âmbito do Município de Parintins/AM, os normativos aplicáveis, especialmente:

1.5.1. A Lei nº 14.133/2021;

1.5.2. O Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, de 6 de dezembro de 2023;

1.5.3. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, no que couber;

1.5.4. A Resolução nº 095/2024-CMP, no que se refere aos procedimentos de estimativa de preços e formação do orçamento.

### **2. BASE LEGAL**

2.1. A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar e as diretrizes para a contratação proposta fundamentam-se nas seguintes normas, regulamentos, entendimentos jurisprudenciais e referenciais técnicos aplicáveis:

2.1.1. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e estabelece tratamento favorecido, diferenciado e simplificado nas contratações públicas;

2.1.2. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 2.1.3. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2.1.4. Lei Orçamentária Anual do Município de Parintins, vigente para o exercício correspondente à contratação;
- 2.1.5. Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, aplicado subsidiariamente;
- 2.1.6. Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, de 6 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Parintins/AM;
- 2.1.7. Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP, de 14 de julho de 2023, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Município de Parintins/AM;
- 2.1.8. Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas, aplicado subsidiariamente;
- 2.1.9. Decreto Federal nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas;
- 2.1.10. Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) nas contratações públicas da Administração Pública Federal, observada subsidiariamente nas hipóteses de lacunas normativas;
- 2.1.11. Resolução nº 095/2024-CMP, de 11 de novembro de 2024, que dispõe sobre os procedimentos de pesquisa de preços no âmbito da Câmara Municipal de Parintins/AM;
- 2.1.12. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 2.1.13. Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023, que estabelece as regras para emissão da Certidão de Acervo Operacional (CAO) para pessoas jurídicas e da Certidão de Acervo Técnico (CAT) para profissionais legalmente habilitados;
- 2.1.14. Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece a obrigatoriedade da adjudicação por item nos objetos divisíveis, salvo comprovada inviabilidade técnica, econômica ou prejuízo ao conjunto da contratação;
- 2.1.15. Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta que as exigências de qualificação técnica devem limitar-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto;
- 2.1.16. Acórdão nº 342/2021-Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), que reforça a necessidade de avaliação técnica quanto à conveniência do parcelamento, especialmente quando houver risco de prejuízo à coordenação, fiscalização ou responsabilização da execução contratual;
- 2.1.17. Acórdão nº 1.446/2015-Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite, para fins de qualificação técnico-profissional, a comprovação do vínculo do responsável técnico por meio de relação empregatícia, societária, contratual ou declaração de disponibilidade futura;
- 2.1.18. Enunciado nº 17 do Conselho da Justiça Federal (CJF), resultante do I Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, que reconhece a estimativa de valor constante do Estudo Técnico Preliminar como avaliação preliminar de viabilidade econômica da contratação; e



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

2.1.19. Normas Técnicas da ABNT aplicáveis à execução dos serviços, especialmente aquelas relacionadas às instalações elétricas, hidrossanitárias, manutenção predial, acessibilidade, desempenho e segurança das edificações, incluindo, entre outras, as NBR 5410, NBR 5626, NBR 5674, NBR 8160, NBR 9050, NBR 15575 e NBR 5419.

### **3. INFORMAÇÕES**

3.1. Processo Administrativo Licitatório nº 011/2026 – CL/CMP

3.2. Objeto: **“Registro de preços para contratação de empresa especializada que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins”.**

3.3. Modalidade: Pregão Eletrônico

3.4. Valor Estimado: **R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos).**

### **4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES**

#### **4.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

4.1.1. A Câmara Municipal de Parintins/AM necessita assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança, conservação e operacionalidade de sua infraestrutura física, indispensável ao regular desempenho das atividades legislativas, administrativas e institucionais desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

4.1.2. A edificação pública utilizada pela Câmara Municipal está sujeita ao desgaste natural decorrente do uso contínuo, da ação do tempo, das condições climáticas da região e da utilização permanente de suas instalações prediais, elétricas, hidrossanitárias e demais componentes estruturais, circunstâncias que demandam ações permanentes de manutenção.

4.1.3. O histórico de utilização da edificação, as inspeções técnicas realizadas, os registros de intervenções anteriores e as demandas recorrentes de manutenção evidenciam a necessidade de adoção de solução estruturada, contínua e tecnicamente especializada para preservação da funcionalidade e segurança das instalações.

4.1.4. A necessidade administrativa compreende a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, abrangendo as áreas de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários à adequada execução dos serviços.

4.1.5. A contratação mostra-se necessária, especialmente, para:

4.1.5.1. Preservar a integridade física, funcional e patrimonial da edificação pública;

4.1.5.2. Reduzir a ocorrência de falhas estruturais, elétricas, hidrossanitárias e demais intercorrências operacionais;

4.1.5.3. Minimizar a necessidade de intervenções emergenciais e custos corretivos mais onerosos;



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.1.5.4. Assegurar ambiente seguro, funcional e adequado para vereadores, servidores, colaboradores e cidadãos;

4.1.5.5. Garantir a continuidade das atividades administrativas e legislativas sem interrupções decorrentes de falhas prediais;

4.1.5.6. Promover maior eficiência na gestão patrimonial e na utilização dos recursos públicos.

4.1.6. Verificou-se, ainda, que a estrutura administrativa atualmente existente no âmbito da Câmara Municipal não dispõe de equipe técnica própria, permanente e multidisciplinar, nem de recursos materiais suficientes para atendimento integral, contínuo e especializado das demandas de manutenção identificadas.

4.1.7. Diante desse cenário, conclui-se pela necessidade da contratação de solução especializada, contínua e sob demanda, capaz de assegurar a adequada conservação das instalações públicas, a continuidade das atividades institucionais e a preservação do patrimônio público, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

#### **4.2 DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO**

4.2.1. A futura contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente, especialmente em razão da natureza do objeto, classificado como serviço comum de engenharia, da possibilidade de definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade, bem como da necessidade de atendimento sob demanda das necessidades administrativas da Câmara Municipal.

4.2.2. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a execução integrada dos serviços objeto da contratação, em razão da interdependência técnica e operacional entre as frentes de manutenção predial, bem como da necessidade de responsabilidade técnica centralizada, coordenação única da execução, redução de interfaces entre múltiplos executores, mitigação de conflitos de responsabilidade e preservação da continuidade operacional da sede da Câmara Municipal de Parintins, em conformidade com a justificativa técnica apresentada no item referente ao parcelamento, observadas as especificações técnicas, os padrões mínimos de qualidades e os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos do processo.

4.2.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura, não se confundindo com os contratos dela decorrentes.

4.2.3.1. Os contratos administrativos celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços poderão ser formalizados conforme a necessidade administrativa e prorrogados sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente demonstradas:

4.2.3.1.1. A vantajosidade econômica;

4.2.3.1.2. A manutenção da necessidade administrativa;

4.2.3.1.3. A adequada execução contratual;

4.2.3.1.4. A disponibilidade orçamentária;

4.2.3.1.5. O interesse público na continuidade da contratação.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4.2.4. O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme os serviços efetivamente executados, medidos, fiscalizados e devidamente atestados pela Administração, com base nos preços registrados, nas ordens de serviço emitidas e nos critérios de medição definidos no Termo de Referência.

#### **4.3. REQUISITANTES**

4.3.1. visa atender a solicitação do Chefe de Gabinete da Câmara Municipal de Parintins-AM.

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Chefe de Gabinete da Presidência	MARCIO WANDER RIBEIRO CONCEIÇÃO

#### **5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

5.1. Em observância aos princípios do planejamento, da transparência, da eficiência e da responsabilidade na gestão pública, procedeu-se à verificação do alinhamento da presente contratação com os instrumentos formais de planejamento institucional, orçamentário e de gestão da Câmara Municipal de Parintins.

5.1.1. A presente demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, elaborado nos termos da legislação aplicável, evidenciando sua compatibilidade com o planejamento anual das contratações da Administração.

5.1.2. A inclusão da presente demanda no Plano de Contratações Anual demonstra que a necessidade administrativa foi previamente identificada, analisada e incorporada ao planejamento institucional da Câmara Municipal, observando-se os princípios da previsibilidade, racionalidade administrativa e governança das contratações.

5.1.3. O Plano de Contratações Anual encontra-se disponibilizado nos meios oficiais de transparência institucional, assegurando publicidade, controle social e acesso às informações relativas ao planejamento das contratações públicas.

5.2. Verificou-se, ainda, que a presente contratação possui compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário vigentes, especialmente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), observada a existência de previsão de recursos e a possibilidade de suporte financeiro para sua futura execução.

5.2.1. A execução das futuras contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços permanecerá condicionada à existência de disponibilidade orçamentária, emissão dos competentes empenhos e observância das normas de execução financeira e orçamentária aplicáveis.

5.3. Registra-se que a modelagem adotada também contribui para a racionalização do gasto público, evitando contratações fragmentadas, reduzindo custos administrativos e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.4. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, orçamentário e administrativo da Câmara Municipal de Parintins, atendendo às exigências legais e aos princípios de governança, economicidade, transparência e interesse público.

#### **6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, os serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva nas áreas de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária classificam-se como serviços comuns de engenharia, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, demandando, contudo, execução por empresa especializada, detentora de capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade das atividades a serem desempenhadas, visando assegurar a integridade, funcionalidade, segurança e conservação da sede da Câmara Municipal de Parintins.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

6.2. A contratação ocorrerá sob o regime de execução indireta, cabendo à Contratada a integral responsabilidade pelos encargos civis, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução contratual, permanecendo sob responsabilidade da Administração a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

6.3. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade, habitualidade ou subordinação direta.

6.4. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, incluindo, entre outras, a NBR 5410, NBR 5674 e demais normas correlatas, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021, normas de segurança do trabalho e regulamentações pertinentes.

6.5. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental e racionalização do uso de recursos, promovendo o adequado gerenciamento e descarte de resíduos, observando a legislação ambiental vigente e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.5.1. A apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) será exigida exclusivamente da empresa vencedora, previamente ao início da execução contratual, evitando-se custos desnecessários às demais licitantes e preservando a competitividade do certame.

6.6. Os materiais empregados deverão observar a melhor relação custo-benefício sob a ótica do ciclo de vida do produto. Eventual solicitação de substituição de insumos por alternativas ambientalmente mais adequadas dependerá de justificativa técnica, manutenção da equivalência funcional e observância do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.7. A Contratada deverá priorizar, sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível, a utilização de mão de obra e insumos de origem local ou regional, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento econômico local previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.8. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o memorial descritivo, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação, respondendo a Contratada pela qualidade dos serviços executados e por eventuais vícios, defeitos ou falhas identificadas.

6.9. Antes da execução de cada intervenção, a Contratada deverá realizar avaliação técnica preliminar, incluindo inspeções, testes e verificações necessárias, visando assegurar a adequação, eficiência, durabilidade e segurança da solução adotada.

6.10. Nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a visita técnica ao local da execução será facultativa. A licitante que optar por não realizá-la deverá apresentar, na forma estabelecida no edital, declaração formal de pleno conhecimento das condições locais de execução e de assunção dos riscos inerentes à não realização da vistoria.

6.11. O prazo inicial de execução contratual será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo.

6.11.1. Eventuais prorrogações contratuais ficarão condicionadas à demonstração formal de vantajosidade econômica, manutenção da necessidade administrativa, desempenho satisfatório da contratada e existência de disponibilidade orçamentária, observadas as disposições legais aplicáveis.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

6.12. As medições serão realizadas mensalmente, com base nos serviços efetivamente executados, devidamente atestados pela fiscalização contratual, observados os critérios previstos no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

6.12.1. O pagamento será efetuado após a regular atestação da nota fiscal/fatura pela fiscalização competente, observados os prazos e procedimentos definidos no Termo de Referência, no edital, no contrato e na regulamentação administrativa aplicável, condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

6.13. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Parintins, localizada na Rua Umiri, nº 781, Conjunto Macurany, Bairro Raimundo Muniz, Parintins/AM.

**6.14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E EXECUÇÃO**

**6.14.1. Habilitação Técnica (Exigível na fase de licitação)**

6.14.1.1. Registro Profissional: Comprovação de registro ou inscrição ativa da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA e/ou CAU, conforme legislação profissional aplicável.

6.14.1.2. Qualificação Técnico-Operacional (CAO): Apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo CREA ou CAU em nome da pessoa jurídica, nos termos da legislação profissional vigente, comprovando aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

6.14.1.2.1. Para fins de demonstração da capacidade operacional, serão considerados pertinentes atestados relativos à execução de serviços de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, incluindo serviços compatíveis nas áreas civil, elétrica e hidrossanitária, admitindo-se comprovação mediante execução integrada de serviços similares.

6.14.1.2.2. Os quantitativos eventualmente exigidos observarão, quando tecnicamente necessários e devidamente justificados, o limite máximo de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, devendo tais parcelas guardar correspondência com os itens de maior complexidade, criticidade técnica e representatividade econômica da planilha orçamentária, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, vedadas exigências excessivas ou desnecessárias que possam restringir indevidamente a competitividade do certame.

6.14.1.3. Qualificação Técnico-Profissional (CAT): Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) de profissional legalmente habilitado, comprovando responsabilidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, admitindo-se vínculo empregatício, societário, contratual ou declaração de disponibilidade futura, na forma da legislação vigente.

**6.14.2. Obrigações de Execução (Exigíveis apenas da empresa vencedora)**

6.14.2.1. Plano de Manutenção Predial (PMP): Apresentação de cronograma executivo detalhado das intervenções e rotinas de manutenção previamente ao início da execução contratual.

6.14.2.2. Estrutura de Plantão: Comprovação de disponibilidade de canal permanente de atendimento, por meio telefônico, eletrônico ou outro meio idôneo de comunicação, destinado ao recebimento e tratamento de ocorrências emergenciais durante toda a execução contratual.

6.14.2.3. Equipe Especializada: Comprovação de capacitação e treinamento compatíveis com as atividades executadas, incluindo atendimento às exigências da NR-10 para os profissionais que atuarem em serviços elétricos.





# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

6.15. A licitação observará o tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da regulamentação municipal aplicável (Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP), visando fomentar o desenvolvimento econômico local e regional, sem prejuízo da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa dos quantitativos necessários ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Parintins foi definida a partir de metodologia técnica de dimensionamento, fundamentada: (i) no histórico de ocorrências, consumo e intervenções de manutenção registradas em exercícios anteriores; (ii) nas inspeções técnicas e levantamentos realizados nas instalações prediais da sede do Poder Legislativo; (iii) na análise das condições físicas, operacionais e do estado de conservação dos sistemas e estruturas existentes; (iv) na previsão das rotinas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva necessárias à preservação da funcionalidade, segurança e continuidade das atividades institucionais; e (v) na projeção de eventuais intervenções decorrentes do desgaste natural dos componentes prediais e da utilização contínua das instalações.

7.1.1. As memórias de cálculo, levantamentos técnicos, registros históricos, inspeções realizadas e demais documentos que subsidiaram a definição dos quantitativos integram os autos do processo administrativo, conferindo rastreabilidade, transparência e suporte técnico às estimativas adotadas.

7.1.2. A metodologia empregada busca assegurar compatibilidade entre os quantitativos estimados e a real necessidade administrativa, promovendo maior previsibilidade, eficiência na gestão contratual e adequada utilização dos recursos públicos.

7.1.3. Os quantitativos estimados abaixo constituem parâmetro para operacionalização do Sistema de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, que realizará as contratações de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, observadas as condições estabelecidas na legislação vigente.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA			
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTDE
1	<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA COMPREENDENDO:</b> fornecimento e instalação de Interruptores; tomadas; luminárias; Lâmpadas compactas e tubulares; cabos flexíveis; disjuntores e quadro de distribuição, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
1.1	Interruptor simples (1 módulo) com interruptor paralelo (1 módulo), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.2	Interruptor simples (2 módulos) com interruptor paralelo (2 módulos), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.3	Interruptor simples (3 módulos) com interruptor paralelo (1 módulo), 10A/250V, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.4	Tomada baixa de embutir (1 módulo), 2P+T 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	18
1.5	Tomada baixa de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20
1.6	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.7	Tomada baixa de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	20
1.8	Tomada baixa de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. Af_03/2023	Un	20
1.9	Tomada baixa de embutir (3 módulos), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.10	Tomada média de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.11	Tomada média de embutir (1 módulo), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.12	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 20A, sem suporte e sem placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.13	Tomada média de embutir (2 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.14	Tomada média de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.15	Tomada média de embutir (3 módulos), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.16	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2P+T 10A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.17	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2P+T 20A, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. AF_03/2023	Un	15
1.18	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 12W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.19	Luminária tipo spot, de sobrepor, com 1 lâmpada led 20W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.20	Luminária led de sobrepor - quadrada 60x60cm, incluso driver - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.21	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 18W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	30
1.22	Luminária led de embutir - quadrada 60x60cm, incluso driver - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.23	Luminária tipo plafon quadrada, de embutir, com led de 24W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	18
1.24	Luminária tipo plafon quadrada, de sobrepor, com led de 24W - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	18
1.25	Luminária refletor led para iluminação pública, 50W - fornecimento e instalação. AF_02/2025	Un	18
1.26	Luminária refletor led para iluminação pública, 200W - fornecimento e instalação. AF_02/2025	Un	18
1.27	Luminária arandela tipo tartaruga, de sobrepor, com 1 lâmpada led de 6W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.28	Luminária tipo calha, de sobrepor, com 1 lâmpada tubular led de 18W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	12
1.29	Luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas tubulares led de 18W, sem reator - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	10

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.33	Lâmpada compacta de led 10W, base E27 - fornecimento e instalação. AF_09/2024	Un	15
1.34	Lâmpada tubular led de 18/20 W, com soquete, base G13 - fornecimento e instalação. AF_09/2024_PS	Un	25
1.35	Cabo de cobre flexível isolado, 6mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	25
1.36	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	25
1.37	Cabo de cobre flexível isolado, 4mm <sup>2</sup> , anti-chama 450/750V, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	200
1.38	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	400
1.39	Cabo de cobre flexível isolado, 10mm <sup>2</sup> , anti-chama 450/750V, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	50
1.40	Cabo de cobre flexível isolado, 16mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. AF_03/2023	M	160
1.41	Cabo de cobre flexível isolado, 25mm <sup>2</sup> , 0,6/1,0 Kv, para rede aérea de distribuição de energia elétrica de baixa tensão - fornecimento e instalação. AF_12/2025	M	150
1.42	Cabo de cobre flexível isolado, 50mm <sup>2</sup> , anti-chama 0,6/1,0 Kv, para rede enterrada de distribuição de energia elétrica - fornecimento e instalação. AF_12/2021	M	150
1.43	Disjuntor bipolar DR 63A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.44	Disjuntor tripolar DIN 80A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.45	Disjuntor monopolar tipo NEMA, corrente nominal de 10 até 30A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.46	Disjuntor bipolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	15
1.47	Disjuntor termomagnético tripolar, corrente nominal de 250A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	2
1.48	Disjuntor tripolar tipo nema, corrente nominal de 10 até 50A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	5
1.49	Quadro de distribuição de energia em chapa de aço galvanizado, de embutir, com barramento trifásico, para 30 disjuntores DIN 225A - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	2
1.50	Quadro de distribuição de luz em pvc para 24 disjuntores - fornecimento e instalação. AF_07/2025	Un	3
<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIO</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTDE</b>
2	<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO HIDROSSANITÁRIAS COMPREENDENDO:</b> fornecimento e instalação de assento sanitário convencional e para PCDs; torneira; tubos PVC; sifão; tanque; lavatórios; caixas de gordura caixa enterrada hidráulica; remoção de metais sanitários, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
2.1	Assento sanitário convencional - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.2	Assento sanitário para PCDs - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.3	Remoção de metais sanitários, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	Un	3



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

2.4	Torneira cromada de mesa com alavanca, para lavatório de sanitário PCDs - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	3
2.5	Tubo PVC, serie normal, esgoto predial, DN 100 mm, fornecido e instalado em subcoletor aéreo de esgoto sanitário. AF_08/2022	M	10
2.6	Sifão do tipo flexível em PVC 1" x 1.1/2" - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.7	Sifão do tipo garrafa/copo em PVC 1.1/4" x 1.1/2" - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.8	Tanque de louça branca com coluna, 30l ou equivalente, incluso sifão flexível em PVC, válvula metálica e torneira de metal cromado padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	5
2.9	Lavatório louça branca com coluna, 45 x 55 cm ou equivalente, padrão médio, incluso sifão tipo garrafa, válvula e engate flexível de 40 cm em metal cromado, com torneira cromada de mesa, padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	5
2.10	Torneira cromada de mesa para lavatório, tipo monocomando. AF_02/2026	Un	5
2.11	Torneira de boia para caixa d'água, roscável, 1/2" - fornecimento e instalação. AF_08/2021	Un	5
2.12	Torneira cromada de mesa com fechamento automático, para lavatório - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	6
2.13	Torneira plástica 3/4" para tanque - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	8
2.14	Torneira cromada tubo móvel, de parede, 1/2" ou 3/4", para pia de cozinha, padrão médio - fornecimento e instalação. AF_02/2026	Un	8
2.15	Caixa de gordura simples (capacidade: 36 l), retangular, em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas = 0,2x0,4m, altura interna = 0,8m. AF_12/2020	Un	4
2.16	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, dimensões internas: 0,8x0,8x0,6m para rede de esgoto. AF_12/2020	Un	4

**SERVIÇO DE PINTURA**

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTDE
<b>3</b>	<b>SERVIÇO DE PINTURA COMPREENDENDO:</b> fornecimento e aplicação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
3.1	Pintura látex acrílica standard, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF_04/2023	m²	60
3.2	Pintura fundo nivelador poliuretânico branco em madeira. AF_01/2021	m²	60
3.3	Pintura imunizante para madeira, 2 demãos. AF_01/2021	m²	40
3.4	Pintura verniz (incolor) alquídico em madeira, uso interno, 2 demãos. AF_01/2021	m²	40
3.5	Pintura tinta de acabamento (pigmentada) esmalte base água em madeira, 1 demão. AF_01/2021	m²	100
3.6	Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação mecânica, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021	m²	200
3.7	Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos. AF_04/2023	m²	500
3.8	Pintura de demarcação de vaga com tinta epóxi, e = 10 cm, aplicação manual. AF_05/2021	m	60



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

3.9	Pintura com tinta acrílica de acabamento pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). AF_01/2020_PE	m²	60
3.10	Pintura de demarcação de vaga com tinta acrílica, E = 10 cm, aplicação mecânica com demarcadora a tração manual. AF_05/2021	m	40
3.11	Pintura de símbolo "deficiente físico" com tinta acrílica, utilização de molde plástico e aplicação mecânica, 120x120 cm. AF_05/2021	Un	40
3.12	Pintura de símbolo "idoso" com tinta acrílica, utilização de molde plástico e aplicação mecânica, 120x120 cm. AF_05/2021	Un	40
3.13	Pintura de números e letras para sinalização horizontal, altura 100 mm, aplicador spray e molde plástico. AF_05/2021	Un	60
<b>SERVIÇO DE REPAROS EM ESQUADRIAS</b>			
<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID. MED.</b>	<b>QTDE</b>
<b>4</b>	<b>SERVIÇO DE REPAROS EM ESQUADRIAS COMPREENDENDO:</b> remoção, fornecimento de materiais instalação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
4.1	Remoção de acessórios, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	Un	25
4.2	Jogo de ferragens cromadas para porta de vidro temperado, uma folha composta de dobradiças superior e inferior, trinco, fechadura, contra fechadura com capuchinho sem mola e puxador. AF_11/2025	Un	5
4.3	Fechadura de embutir para portas internas, completa, acabamento padrão popular, com execução de furo - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	15
4.4	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa, acabamento padrão popular, incluso execução de furo - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	15
4.5	Kit de porta de madeira tipo veneziana, padrão popular, 80x210cm, espessura de 3cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	5
4.6	Kit de porta de madeira frisada, semi-oca (leve ou média), padrão popular, 80x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, sem fechadura - fornecimento e instalação. AF_10/2025	Un	5
4.7	Dobradiça tipo vai e vem em latão polido 3". AF_10/2025	Un	15
4.8	Dobradiça em aço/ferro, 3" x 2 1/2", e=1,9 a 2mm, sem anel, cromado ou zincado, tampa bola, com parafusos. AF_10/2025	Un	15
4.9	Mola hidráulica de piso para porta de vidro temperado. AF_11/2025	Un	10
4.10	Remoção de vidro liso comum de esquadria com baguete de madeira. AF_11/2025	m²	10
4.11	Remoção de vidro liso comum de esquadria com baguete de alumínio ou PVC. AF_11/2025	m²	10
4.12	Instalação de vidro impresso, E = 4 mm, em esquadria de madeira, fixado com baguete. AF_11/2025	m²	10
4.13	Instalação de vidro temperado, E = 6 mm, encaixado em perfil U. AF_11/2025	m²	10
4.14	Instalação de vidro liso incolor, E = 4 mm, em esquadria de madeira, fixado com baguete. AF_11/2025	m²	10
<b>SERVIÇO DE REPAROS EM TELHADOS E FORROS</b>			





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTDE
<b>5</b>	<b>SERVIÇO DE REPAROS EM TELHADOS E FORROS:</b> remoção, fornecimento de materiais instalação, conforme subitens abaixo e demais informações contidas nos documentos que seguem em anexo.		
5.1	Retirada e recolocação de caibro de madeira em telhados de mais de 2 águas com telha cerâmica ou de concreto de encaixe, incluso transporte vertical. AF_10/2025	m²	50
5.2	Trama de aço composta por terças para telhados de até 2 águas para telha ondulada de fibrocimento, metálica, plástica ou termoacústica, incluso transporte vertical, exclusive pintura. AF_10/2025_PS	m²	50
5.3	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento e = 6 mm, com recobrimento lateral de 1/4 de onda para telhado com inclinação maior que 10°, com até 2 águas, incluso içamento. AF_07/2019	m²	200
5.4	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019	M	50
5.5	Rufo em fibrocimento para telha ondulada e = 6 mm, aba de 26 cm, incluso transporte vertical, exceto contrarrufo. AF_07/2019	M	50
5.6	Rufo externo/interno em chapa de aço galvanizado número 26, corte de 33 cm, incluso içamento. AF_07/2019	M	50
5.7	Remoção calhas e rufos, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	M	44
5.8	Forro em régua de pvc, liso, para ambientes residenciais, inclusive estrutura unidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.9	Forro em drywall para ambientes residenciais, inclusive estrutura unidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.10	Forro em fibra mineral, para ambientes comerciais, inclusive estrutura de fixação. AF_08/2023_PS	m²	15
5.11	Acabamentos para forro (roda-forro em perfil metálico e plástico). AF_08/2023	M	32
5.12	Forro em régua de pvc, liso, para ambientes comerciais, inclusive estrutura bidirecional de fixação. AF_08/2023_PS	m²	32
5.13	Acabamentos para forro (sanca de gesso, montada na obra). AF_08/2023_PS	m²	32
<b>SERVIÇO DE REMOÇÃO, RETIRADAS, DEMOLIÇÕES, ALVENARIAS E REVESTIMENTOS</b>			
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTDE
<b>6</b>	<b>SERVIÇO DE REMOÇÃO E RETIRADAS:</b> executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, vedada sua utilização para obra nova, ampliação estrutural autônoma ou empreendimento independente.		
6.1	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	100
6.2	Remoção de acessórios, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	30
6.3	Remoção de telhas de fibrocimento metálica e cerâmica, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	30





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

6.4	Remoção de interruptores/tomadas elétricas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	UN	30
6.5	Remoção de forros de drywall, PVC e fibromineral, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	32
7	<b>SERVIÇOS DE DEMOLIÇÕES, ALVENARIAS E REVESTIMENTOS COMPREENDENDO:</b> executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, vedada sua utilização para obra nova, ampliação estrutural autônoma ou empreendimento independente		
7.1	Demolição de argamassas, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	20
7.2	Demolição de alvenaria para qualquer tipo de bloco, de forma mecanizada, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m³	20
7.3	Demolição de revestimento cerâmico, de forma mecanizada com martelo, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m²	20
7.4	Demolição de piso de concreto simples, de forma manual, sem reaproveitamento. AF_09/2023	m³	15
7.5	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo manual. AF_12/2021	m²	15
7.6	Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. Argamassa traço 1:3 com preparo manual. AF_10/2022	m²	15
7.7	Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em panos de fachada com presença de vãos, espessura de 35 mm. AF_08/2022	m²	15
7.8	Revestimento cerâmico para paredes externas em pastilhas de porcelana 5 x 5cm (placas de 30 x 30 cm), alinhadas a prumo. AF_02/2023	m²	15
7.9	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada de dimensões 60x60cm aplicada em ambientes de área menor que 5 m². AF_02/2023_PE	m²	30
7.10	Revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 80x80 cm aplicada em ambientes de área menor que 5m². AF_02/2023_PE	m²	30
7.11	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 20x20cm aplicadas em diagonal, a meia altura das paredes. AF_02/2023_PE	m²	30
7.12	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 33x45cm aplicadas a meia altura das paredes. AF_02/2023_PE	m²	30

#### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso VI, e no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à estimativa preliminar do valor da presente contratação, com a finalidade de avaliar a viabilidade econômica da solução proposta e subsidiar o planejamento da futura contratação.

8.1.1. Considerando a natureza do objeto, classificado como serviço comum de engenharia, a estimativa preliminar foi elaborada com base em parâmetros públicos, objetivos e tecnicamente reconhecidos no setor da construção civil e da manutenção predial.

8.1.2. Para a formação da estimativa de custos foram utilizados, como referência, os seguintes bancos oficiais de preços, observadas as versões vigentes e aplicáveis ao Estado do Amazonas:



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

8.1.2.1. SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – referência fevereiro de 2026;

8.1.2.2. SBC – Sistema de Custos Referenciais de Obras – referência março de 2026;

8.1.2.3. SICRO3 – Sistema de Custos Referenciais de Obras – referência outubro de 2025.

8.1.3. A composição dos custos considerou os quantitativos estimados no presente Estudo Técnico Preliminar, os serviços efetivamente demandados pelas características da edificação pública, os insumos necessários à execução, os encargos sociais incidentes, os custos indiretos, a mobilização operacional e demais componentes inerentes à adequada execução dos serviços.

8.1.4. Os quantitativos e composições utilizados para a elaboração da estimativa foram definidos com base:

8.1.4.1. No histórico de manutenções realizadas em exercícios anteriores;

8.1.4.2. Nas inspeções técnicas e levantamentos realizados nas instalações da Câmara Municipal;

8.1.4.3. Na análise das condições físicas, estruturais e operacionais da edificação;

8.1.4.4. Nas projeções de manutenção preventiva, preditiva e corretiva necessárias ao período estimado da contratação.

8.1.5. As memórias de cálculo, planilhas orçamentárias, composições unitárias de custos, referências utilizadas e demais documentos técnicos que subsidiaram a presente estimativa integram os autos do processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e suporte técnico à contratação, devendo tais documentos ser igualmente referenciados no Termo de Referência e disponibilizados como anexos do processo licitatório, quando cabível.

8.1.6. A metodologia adotada observa os princípios do planejamento, da economicidade, da eficiência e da vantajosidade, utilizando parâmetros públicos, atualizados e compatíveis com a realidade regional, de modo a reduzir riscos de sobrepreço, inexequibilidade ou distorções mercadológicas.

8.1.7. Com base nos levantamentos realizados, a estimativa preliminar do valor da contratação corresponde ao montante de **R\$ 267.139,29 (duzentos e sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos)**, conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias e documentos técnicos anexos aos autos.

8.1.8. Ressalta-se que o valor ora estimado possui natureza preliminar e orientativa para fins de planejamento da contratação, cabendo ao Termo de Referência consolidar, se necessário, os ajustes decorrentes da modelagem definitiva da contratação, observadas as disposições da legislação aplicável.

#### 9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, avaliar a existência de fornecedores aptos à execução do objeto e subsidiar a definição da modelagem mais adequada para a futura contratação.

9.1.1. A análise realizada demonstrou que o mercado nacional, regional e local apresenta oferta suficiente de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de materiais, equipamentos, peças e mão de obra, abrangendo as disciplinas de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária.

9.1.2. Para fins de validação mercadológica, foram analisados:

9.1.2.1. Contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública;



## ESTADO DO AMAZONAS

### CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

- 9.1.2.2. Editais e atas de registro de preços disponíveis em portais oficiais de compras públicas;
- 9.1.2.3. Empresas registradas nos conselhos profissionais competentes e atuantes no segmento de manutenção predial;
- 9.1.2.4. Fornecedores com atuação comprovada no Estado do Amazonas e em regiões com características logísticas similares.
- 9.1.3. O levantamento realizado evidenciou a existência de pluralidade de fornecedores aptos à execução integrada do objeto, demonstrando a viabilidade competitiva da solução adotada e afastando, em princípio, risco de concentração indevida de mercado.
- 9.1.4. Verificou-se, ainda, que a contratação integrada de serviços de manutenção predial, abrangendo múltiplas disciplinas técnicas sob responsabilidade de uma única empresa, constitui prática consolidada tanto no setor público quanto no setor privado, especialmente em contratações continuadas que demandam coordenação centralizada, rastreabilidade operacional e responsabilização técnica unificada.
- 9.1.5. A análise das contratações similares também demonstrou que a adoção de solução integrada contribui para:
- 9.1.5.1. Maior eficiência operacional;
- 9.1.5.2. Redução de conflitos de interface entre múltiplos executores;
- 9.1.5.3. Simplificação da gestão e fiscalização contratual;
- 9.1.5.4. Redução de custos indiretos de mobilização e operação;
- 9.1.5.5. Maior agilidade no atendimento de demandas corretivas e emergenciais.
- 9.1.6. Com base no levantamento de mercado realizado, conclui-se que existe oferta mercadológica suficiente, capacidade técnica disponível e ambiente concorrencial compatível com a modelagem definida neste Estudo Técnico Preliminar.
- 9.1.7. Considerando a natureza do objeto, classificado como serviço comum de engenharia, bem como a padronização técnica dos serviços e a possibilidade de definição objetiva dos requisitos de desempenho e qualidade, conclui-se pela adequação da realização da futura contratação mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, em conformidade com a legislação vigente.

#### 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva das instalações da Câmara Municipal de Parintins, compreendendo, de forma integrada, intervenções nas áreas de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária, com fornecimento de materiais, equipamentos, peças e mão de obra especializada.
- 10.1.1. Nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os serviços objeto desta contratação enquadram-se como serviços comuns de engenharia, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação usual de mercado.
- 10.2. A solução proposta não se destina à implantação de novo empreendimento ou à execução de obra isolada, mas sim à conservação, recuperação, adequação, reparação e manutenção contínua das estruturas físicas e instalações prediais já existentes, visando assegurar a funcionalidade, segurança, conservação patrimonial e continuidade das atividades institucionais da Câmara Municipal.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.2.1. Os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento, pintura, reparos em telhados, forros, esquadrias e demais intervenções civis previstas nesta contratação possuem natureza acessória, corretiva, complementar ou preparatória à execução da manutenção predial, devendo ser utilizados exclusivamente para recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações já existentes, vedada sua utilização para implantação de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou execução de empreendimento independente.

10.3. Em razão da natureza permanente, recorrente e previsível das demandas de manutenção predial, os serviços caracterizam-se como serviços de natureza contínua, nos termos da legislação aplicável, uma vez que sua interrupção poderá comprometer o funcionamento regular das atividades administrativas e legislativas.

10.4. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço individualizadas, observados os quantitativos registrados, as necessidades efetivamente identificadas pela Administração e os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

10.5. A solução adotada contempla a execução integrada dos serviços por empresa única, com responsabilidade técnica centralizada, visando assegurar:

10.5.1. Padronização técnica dos serviços executados;

10.5.2. Maior eficiência operacional;

10.5.3. Rastreabilidade das intervenções realizadas;

10.5.4. Redução de conflitos de responsabilidade entre múltiplos executores;

10.5.5. Maior agilidade no atendimento de demandas preventivas, corretivas e emergenciais;

10.5.6. Simplificação da gestão, fiscalização e acompanhamento contratual.

10.6. Considerando a natureza recorrente das demandas, a imprevisibilidade quanto ao momento exato das intervenções e a necessidade de atendimento conforme demanda administrativa, mostra-se tecnicamente adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. A Ata de Registro de Preços terá vigência na forma da legislação aplicável, cabendo à Administração promover as contratações de acordo com sua necessidade efetiva, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

10.8. Os contratos decorrentes da ata poderão ser celebrados de forma parcelada, conforme a necessidade administrativa, podendo ser prorrogados nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente demonstradas:

10.8.1. A vantajosidade econômica;

10.8.2. A manutenção da necessidade administrativa;

10.8.3. A adequada execução contratual;

10.8.4. A disponibilidade orçamentária;

10.8.5. O interesse público na continuidade da contratação.

10.9. O levantamento de mercado e a análise técnica realizada demonstraram a existência de fornecedores aptos à execução integrada do objeto, bem como a adequação mercadológica, operacional e econômica da solução adotada neste Estudo Técnico Preliminar.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

10.10. Diante das características do objeto, da necessidade permanente de manutenção predial e da recorrência das demandas administrativas, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

#### **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O parcelamento do objeto constitui regra geral nas contratações públicas, conforme dispõe o art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, bem como a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União – TCU, devendo ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

11.2. Todavia, a própria Lei nº 14.133/2021, em seu art. 40, §2º, admite excepcionalmente a contratação conjunta do objeto quando o parcelamento se revelar tecnicamente inviável, operacionalmente desvantajoso ou capaz de comprometer a adequada execução contratual, a eficiência administrativa ou a economicidade da contratação.

11.3. No presente caso, após análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que o parcelamento da contratação não se mostra conveniente nem vantajoso à Administração Pública, considerando a natureza integrada, contínua e interdependente dos serviços de manutenção predial a serem executados na sede da Câmara Municipal de Parintins.

11.4. Os serviços contemplados nesta contratação abrangem atividades de manutenção elétrica, hidrossanitária, pintura, recuperação de esquadrias, reparos em telhados e forros, pequenos reparos civis, demolições, recomposição de revestimentos, substituição de materiais e adequações estruturais, todos diretamente relacionados entre si e frequentemente executados de forma simultânea e complementar.

11.5. Na dinâmica operacional da manutenção predial, as intervenções em determinada especialidade normalmente produzem reflexos imediatos em outras disciplinas técnicas. Serviços hidrossanitários, por exemplo, frequentemente demandam demolição e recomposição de alvenaria, revestimentos e pintura; intervenções elétricas exigem abertura, fechamento e recuperação de paredes e forros; reparos em cobertura e telhados impactam diretamente instalações elétricas, forros, esquadrias e estruturas adjacentes.

11.6. Dessa forma, a fragmentação da contratação em múltiplos lotes ou contratos distintos poderia gerar significativa dificuldade de coordenação entre empresas diversas, aumentando substancialmente os riscos de:

- 11.6.1. incompatibilidade técnica entre serviços;
- 11.6.2. conflitos de responsabilidade;
- 11.6.3. sobreposição de atividades;
- 11.6.4. retrabalho;
- 11.6.5. paralisações parciais;
- 11.6.6. falhas de comunicação operacional;
- 11.6.7. prejuízo à fiscalização;
- 11.6.8. aumento do tempo de execução;
- 11.6.9. comprometimento da qualidade final dos serviços;



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

11.6.10. dificuldade de responsabilização por vícios, defeitos ou danos decorrentes da interface entre as atividades executadas.

11.7. A contratação integrada em lote único possibilita à Administração a centralização da responsabilidade técnica e operacional da execução contratual, assegurando maior eficiência na gestão, fiscalização, acompanhamento e controle da execução dos serviços.

11.8. A adoção de múltiplos contratos implicaria ampliação significativa da complexidade administrativa, exigindo atuação simultânea de diversos fiscais, maior controle operacional, aumento da burocracia administrativa, multiplicidade de ordens de serviço, maior dificuldade na gestão das medições e aumento do risco de conflitos entre contratadas.

11.9. Ressalta-se ainda que a Câmara Municipal de Parintins possui estrutura administrativa reduzida, circunstância que reforça a necessidade de racionalização da gestão contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

11.10. Sob o aspecto econômico, a contratação em lote único também se revela mais vantajosa, tendo em vista os ganhos de escala decorrentes da execução integrada dos serviços, especialmente quanto:

11.10.1. ao compartilhamento de equipes;

11.10.2. à otimização logística;

11.10.3. à redução de deslocamentos;

11.10.4. à mobilização única de equipamentos;

11.10.5. à racionalização do fornecimento de materiais;

11.10.6. à redução de custos indiretos;

11.10.7. à maior eficiência operacional.

11.11. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite o agrupamento de objetos em lote único quando houver justificativa técnica suficiente e demonstração de vantajosidade administrativa, econômica e operacional, conforme entendimento consolidado na Súmula nº 247 do TCU e nos Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário e nº 342/2021-Plenário.

11.12. No caso concreto, a solução integrada mostra-se necessária para assegurar a adequada execução dos serviços de manutenção predial, evitar conflitos operacionais entre múltiplos executores e garantir maior eficiência na fiscalização e responsabilização contratual.

11.13. Registra-se, ainda, que a adoção do lote único não implica restrição indevida à competitividade, considerando que:

11.13.1. existe pluralidade de empresas aptas à execução integrada do objeto;

11.13.2. os requisitos de habilitação foram limitados às parcelas de maior relevância técnica;

11.13.3. não houve exigência de marca, fabricante ou tecnologia exclusiva;

11.13.4. as exigências técnicas observaram critérios de proporcionalidade e pertinência com o objeto;

11.13.5. permanece assegurado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

11.14. Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da contratação encontra respaldo técnico, operacional, econômico e jurídico, revelando-se a solução mais adequada e vantajosa para atendimento do





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

interesse público e para garantia da continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de manutenção predial da Câmara Municipal de Parintins.

#### **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1. Com a presente contratação, pretende-se assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com a legislação vigente.

12.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços busca proporcionar maior flexibilidade administrativa, permitindo a realização de contratações parceladas, conforme a efetiva necessidade da Câmara Municipal, sem comprometimento desnecessário dos recursos orçamentários.

12.2. Sob o aspecto operacional, a contratação pretende assegurar a disponibilidade contínua de serviços especializados de manutenção predial, permitindo resposta célere às demandas preventivas, corretivas, preditivas e emergenciais relacionadas às instalações da sede do Poder Legislativo.

12.2.1. Busca-se reduzir a ocorrência de falhas estruturais, elétricas, hidrossanitárias e demais intercorrências que possam comprometer o funcionamento regular das atividades administrativas e legislativas.

12.2.2. Pretende-se minimizar a necessidade de intervenções emergenciais decorrentes da ausência de manutenção preventiva, contribuindo para maior previsibilidade operacional e redução de custos corretivos.

12.2.3. Busca-se ampliar a vida útil das instalações prediais, equipamentos e sistemas integrantes da estrutura física da Câmara Municipal, preservando o patrimônio público.

12.3. Sob o aspecto gerencial, pretende-se obter maior eficiência na fiscalização e no acompanhamento contratual, mediante centralização da responsabilidade técnica e operacional da execução dos serviços.

12.3.1. Busca-se assegurar maior rastreabilidade das intervenções realizadas, melhor controle das ordens de serviço, maior padronização técnica e redução de conflitos de responsabilidade.

12.4. Sob o aspecto econômico, pretende-se racionalizar a aplicação dos recursos públicos, reduzir custos indiretos de mobilização operacional e evitar contratações emergenciais com potencial de onerosidade superior.

12.5. Sob o aspecto institucional, a contratação busca assegurar a continuidade, segurança, funcionalidade e adequação das instalações físicas utilizadas para o desempenho das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal.

12.6. Sob o aspecto socioambiental, pretende-se assegurar que a execução contratual observe boas práticas de sustentabilidade, racionalização do consumo de materiais, correta destinação de resíduos e redução dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

12.7. Dessa forma, a solução proposta busca atender simultaneamente aos objetivos de planejamento, continuidade do serviço público, preservação patrimonial, eficiência operacional, economicidade e atendimento do interesse público.

#### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

13.1. Previamente ao início da execução contratual, a Câmara Municipal de Parintins deverá adotar as providências administrativas, operacionais e de governança necessárias à adequada implementação, fiscalização e acompanhamento da contratação.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

13.1.1. Deverão ser disponibilizados à Contratada os acessos físicos necessários às dependências da Câmara Municipal, observadas as normas internas de segurança, controle patrimonial, horários de funcionamento e procedimentos administrativos aplicáveis.

13.1.2. A Administração deverá definir, sempre que tecnicamente possível, os horários mais adequados para execução dos serviços, de forma a minimizar impactos sobre as atividades administrativas e legislativas, ressalvadas as hipóteses de atendimentos emergenciais.

13.1.3. Os setores responsáveis pela utilização dos ambientes deverão informar previamente à fiscalização contratual a programação de uso dos espaços, permitindo o adequado planejamento das intervenções e a compatibilização entre a execução dos serviços e as atividades institucionais.

13.2. A Administração deverá estabelecer fluxo interno para emissão, controle, acompanhamento e encerramento das ordens de serviço, garantindo rastreabilidade das demandas, padronização dos procedimentos e controle das intervenções executadas.

13.3. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser formalmente designados fiscais e gestores do contrato, preferencialmente servidores com conhecimento técnico compatível com a natureza dos serviços contratados.

13.3.1. Compete à fiscalização acompanhar, supervisionar, registrar, medir, atestar e avaliar a execução dos serviços de manutenção predial, bem como comunicar tempestivamente eventuais irregularidades, não conformidades ou necessidades de correção.

13.4. A Administração deverá assegurar a disponibilidade dos documentos técnicos necessários à execução contratual, incluindo Termo de Referência, planilhas, memorial descritivo, ordens de serviço, registros de manutenção e demais informações pertinentes.

13.5. Recomenda-se a capacitação dos servidores designados para as funções de gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto aos procedimentos de medição, gestão documental, aplicação de sanções, gestão de riscos, recebimento dos serviços e acompanhamento do desempenho contratual.

13.6. Em observância aos princípios de governança, gestão de riscos e controle preventivo previstos na Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá promover, sempre que possível, ações de capacitação continuada para os agentes públicos envolvidos nas funções essenciais de licitações, contratos, fiscalização e controle interno.

13.7. A Administração deverá manter registros formais das inspeções, medições, notificações, ocorrências, não conformidades e providências adotadas durante toda a execução contratual, assegurando transparência, rastreabilidade e suporte documental para eventual atuação dos órgãos de controle.

#### **14. MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da prevenção e da gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à identificação, análise, classificação e alocação dos principais riscos relacionados à futura contratação dos serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, visando assegurar a adequada execução contratual, a continuidade das atividades institucionais e a proteção do interesse público.

14.2. Os riscos identificados foram classificados quanto à probabilidade de ocorrência, impacto potencial e responsabilidade primária pela mitigação, conforme demonstrado a seguir:

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

Nº	Evento de Risco	Probabilidade	Impacto	Responsável Primário	Medidas Preventivas / Mitigadoras
1	Levantamento quantitativo insuficiente ou superdimensionado	Baixa	Médio	Administração	Utilização de histórico de consumo, inspeções técnicas, revisões periódicas e memória de cálculo.
2	Divergência entre condições reais da edificação e os serviços inicialmente previstos	Média	Médio	Compartilhado	Vistorias técnicas prévias, ordens de serviço individualizadas e ajustes mediante fiscalização.
3	Atraso no atendimento de chamados emergenciais	Média	Alto	Contratada	Implantação de canal de atendimento permanente, equipe de plantão e definição de SLA contratual.
4	Indisponibilidade temporária de materiais, peças ou insumos no mercado	Média	Médio	Contratada	Formação de estoque mínimo, planejamento logístico e fornecedores alternativos.
5	Falhas técnicas na execução dos serviços	Baixa	Alto	Contratada	Exigência de responsável técnico, equipe qualificada, supervisão técnica e controle de qualidade.
6	Acidentes de trabalho durante a execução	Baixa	Alto	Contratada	Cumprimento das NR's aplicáveis, uso obrigatório de EPIs/EPCs, treinamentos e supervisão.
7	Danos a instalações existentes durante intervenções	Média	Alto	Contratada	Inspeção prévia, isolamento das áreas, procedimentos operacionais padronizados e acompanhamento técnico.
8	Interrupção parcial das atividades administrativas ou legislativas em razão dos serviços	Média	Alto	Compartilhado	Planejamento das intervenções em horários compatíveis, cronograma pactuado e comunicação prévia.
9	Chuvas intensas ou eventos climáticos que impactem serviços externos	Média	Médio	Compartilhado	Reprogramação técnica, priorização de serviços internos e monitoramento climático.
10	Ausência ou substituição de profissionais técnicos essenciais	Baixa	Médio	Contratada	Manutenção de equipe mínima, substituição imediata e comprovação de habilitação equivalente.
11	Atraso na fiscalização, medição ou atestação dos serviços	Baixa	Médio	Administração	Designação formal de fiscal, rotinas de acompanhamento e controle documental.
12	Inadimplemento trabalhista, previdenciário ou fiscal da contratada	Baixa	Alto	Contratada	Fiscalização documental periódica, retenções legais e exigência de regularidade continuada.
13	Solicitações de serviços não previstos inicialmente	Média	Médio	Compartilhado	Emissão de ordens de serviço, justificativa técnica e observância aos limites legais contratuais.
14	Desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos supervenientes imprevisíveis	Baixa	Alto	Compartilhado	Aplicação dos mecanismos legais de revisão contratual, instrução formal e comprovação documental.
15	Conflitos de responsabilidade técnica entre disciplinas executivas	Baixa	Alto	Contratada	Centralização da responsabilidade técnica em empresa única, ART/RRT e supervisão integrada.

14.3. Considerando a natureza integrada e contínua dos serviços objeto da presente contratação, verificou-se que a adoção de contratação unificada contribui diretamente para mitigação dos riscos operacionais relacionados à interface entre múltiplos executores, reforçando tecnicamente a opção pelo agrupamento do objeto em lote único.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

14.4. A matriz de riscos poderá ser revisada, atualizada ou complementada pela fiscalização contratual durante a execução, sempre que identificados fatos supervenientes capazes de impactar o equilíbrio, a execução ou os resultados da contratação.

14.5. A matriz de riscos prevista neste Estudo Técnico Preliminar deverá ser incorporada ao Termo de Referência, ao edital e à minuta contratual, servindo como instrumento orientador da gestão, fiscalização, execução contratual, alocação de responsabilidades e análise de eventuais pedidos de revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro.

#### **15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

15.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e no contexto do planejamento da presente contratação, procedeu-se à análise quanto à existência de contratações correlatas, acessórias ou interdependentes que pudessem impactar a implementação, execução ou os resultados da solução proposta.

15.1.1. Após análise técnica das necessidades administrativas, das características operacionais da edificação e do escopo dos serviços pretendidos, verificou-se que a presente contratação possui autonomia técnica, operacional e funcional, não dependendo, para sua implementação ou plena execução, da celebração prévia ou simultânea de outros contratos administrativos.

15.1.2. Não foram identificadas, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, contratações complementares obrigatórias, aquisições acessórias, obras preparatórias, fornecimentos adicionais ou serviços especializados externos cuja execução constitua condição indispensável à operacionalização da solução ora proposta.

15.2. Registra-se que a solução adotada contempla a execução integrada dos serviços por empresa única, conforme justificativa técnica constante no item referente ao parcelamento da contratação, em observância ao art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar:

15.2.1. Centralização da responsabilidade técnica;

15.2.2. Padronização da execução dos serviços;

15.2.3. Maior eficiência na fiscalização contratual;

15.2.4. Redução de conflitos operacionais entre múltiplos executores;

15.2.5. Melhor rastreabilidade das intervenções realizadas.

15.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se compatível com a natureza da demanda administrativa, permitindo contratações futuras de forma parcelada, conforme necessidade efetiva da Administração, sem que isso gere dependência de outras contratações para sua operacionalização.

15.4. Diante das análises realizadas, conclui-se que a presente contratação possui independência funcional, suficiência operacional e viabilidade técnica autônoma, inexistindo, nesta fase de planejamento, contratações correlatas ou interdependentes cuja formalização constitua requisito para o atingimento dos resultados pretendidos.

#### **16. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

16.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à identificação dos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços objeto da presente contratação, bem como das respectivas medidas preventivas, corretivas e mitigadoras necessárias à adequada gestão ambiental da execução contratual.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

16.1.1. Considerando a natureza dos serviços de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva, nas áreas civil, elétrica e hidrossanitária, foram identificados potenciais impactos ambientais indiretos relacionados ao consumo de materiais, geração de resíduos, descarte de componentes substituídos, utilização de insumos e eventual geração de ruídos, poeira e resíduos sólidos.

16.2. Com vistas à mitigação dos impactos ambientais identificados, a futura contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as seguintes medidas:

16.2.1. Promover a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

16.2.2. Priorizar, sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível, a utilização de materiais, componentes, insumos e consumíveis de menor impacto ambiental, recicláveis, reutilizáveis, atóxicos ou com maior eficiência no ciclo de vida.

16.2.3. Adotar procedimentos que minimizem desperdícios de materiais, consumo excessivo de energia elétrica, consumo de água e geração desnecessária de resíduos durante a execução dos serviços.

16.2.4. Garantir o correto armazenamento, manuseio e destinação de materiais potencialmente contaminantes, tais como lâmpadas, reatores, baterias, componentes elétricos, tintas, solventes, embalagens químicas e demais resíduos especiais eventualmente gerados.

16.2.5. Utilizar equipamentos, ferramentas e procedimentos operacionais que reduzam, sempre que possível, a emissão de ruídos, poeira e particulados durante as intervenções.

16.2.6. Observar integralmente as normas ambientais, sanitárias, de segurança do trabalho e demais regulamentações aplicáveis à natureza dos serviços executados.

16.2.7. Apresentar, quando exigido pela fiscalização contratual ou pela legislação aplicável, os comprovantes de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual.

16.2.8. A adoção voluntária de práticas adicionais de gestão ambiental, certificações ambientais ou procedimentos sustentáveis poderá ser considerada como diferencial operacional da contratada, desde que não configure exigência restritiva à competitividade nem implique critérios de julgamento não previstos na legislação aplicável.

16.3. As medidas previstas nesta seção observam o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, buscando conciliar eficiência na contratação, preservação ambiental, uso racional dos recursos públicos e responsabilidade socioambiental.

16.4. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da presente contratação são plenamente gerenciáveis, desde que observadas as medidas preventivas, corretivas e mitigadoras estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na futura execução contratual.

#### **17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

17.1. Com base nos estudos técnicos realizados, nas análises de mercado, na estimativa de custos, na avaliação dos riscos, na definição dos requisitos da contratação, na justificativa do parcelamento, na demonstração dos resultados pretendidos e na análise de viabilidade técnica, operacional, econômica, orçamentária e socioambiental, conclui-se pela plena viabilidade da presente contratação.

17.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar demonstrou que, dentre as soluções disponíveis no mercado, a contratação integrada de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

preditiva, preventiva e corretiva, nas áreas de engenharia civil, elétrica e hidrossanitária, apresenta-se como a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada.

17.1.2. Concluiu-se, ainda, pela adequação da realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com a natureza do objeto, com a modelagem definida e com as justificativas técnicas constantes deste estudo.

17.2. Sob o aspecto orçamentário e financeiro, verificou-se a compatibilidade da presente contratação com os instrumentos de planejamento e execução orçamentária da Câmara Municipal de Parintins, observada a existência de previsão de recursos e a possibilidade de suporte financeiro para a futura execução contratual.

17.2.1. Para fins de classificação orçamentária, a presente contratação observará, em princípio, a seguinte dotação:

17.2.1.1. Unidade Orçamentária: 0101 – Câmara Municipal;

17.2.1.2. Classificação Programática: 01.031.0001.2.001;

17.2.1.3. Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

17.2.1.4. Fonte de Recursos: 10 – Recursos Ordinários – FPM.

17.2.2. As futuras contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços permanecerão condicionadas à disponibilidade orçamentária, à emissão dos respectivos empenhos e à observância das normas de execução financeira aplicáveis.

17.3. Diante de todo o exposto, conclui-se que a solução proposta mostra-se técnica, jurídica, operacional e economicamente adequada, devidamente motivada, compatível com as necessidades institucionais da Câmara Municipal de Parintins e alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade, continuidade do serviço público e interesse público.

17.4. Assim, opina-se pela continuidade do processo administrativo, com prosseguimento das etapas subsequentes da contratação, especialmente elaboração do Termo de Referência, instrução processual complementar e deflagração do competente procedimento licitatório.

Parintins-AM, 30 de abril de 2026.

**RONESSA MARIA FARIAS DE SOUZA**

Secretária Administrativo

Portaria nº 048/SRH-CMP

**MAIKON MORAES DA SILVA**

Engenheiro Civil — CREA 04179662509

Secretaria Municipal de Infraestrutura

#### **ANEXOS**

Planilha detalhada da estimativa do valor da Contratação pretendida;

Obs.: Pesquisas realizadas nas tabelas do CREA, do SINAPI - 02/2026 – Amazonas e SBC - 02/2026 – Amazonas.





# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

#### ANEXO III

#### MMINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.442.941/0001-36**, com sede na Rua Umiri, nº 781, Conjunto Macurany, CEP 69.151-420, Parintins/AM, neste ato representada por seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, **brasileiro, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa \*\*\*\*, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade/UF, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, Processo Administrativo Licitatório nº **011/2026 – CL/CMP**, Pregão Eletrônico nº **005/2026 – CL/CMP**, resolvem registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na proposta vencedora e demais anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, do Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP, do Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes.

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações da Câmara Municipal de Parintins, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, nesta Ata, na proposta da Detentora e demais documentos integrantes do processo.

**1.2.** Os serviços serão executados **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Serviço — OS** pela Administração, observados os preços registrados, os quantitativos estimados, as especificações técnicas, os limites da Ata de Registro de Preços e as condições previstas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

**1.3.** Os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis previstos nos documentos da contratação serão executados exclusivamente de forma **acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial**, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, sendo vedada sua utilização para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento.

**1.4.** A contratação será processada em **lote único**, considerando a interdependência técnica e operacional entre as frentes de serviço, a necessidade de responsabilidade técnica centralizada, a redução de interfaces entre múltiplos executores, a mitigação de conflitos de responsabilidade e a preservação da continuidade operacional da sede da Câmara Municipal de Parintins.

**1.5.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição:

**1.5.1.** o Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP;



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.5.2. o Termo de Referência;

1.5.3. o Estudo Técnico Preliminar — ETP, incluindo a matriz de riscos da contratação;

1.5.4. a proposta da Detentora da Ata;

1.5.5. a planilha orçamentária, memória de cálculo, composições unitárias de custos e demais documentos técnicos;

1.5.6. a minuta contratual;

1.5.7. eventuais anexos e documentos complementares constantes dos autos.

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, os quantitativos estimados, a Detentora da Ata e as demais condições ofertadas na proposta vencedora são os constantes desta Ata, do Termo de Referência, da planilha orçamentária e dos demais documentos integrantes do processo.

2.2. O valor máximo registrado para o lote único é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta vencedora, planilha orçamentária e resultado homologado do Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP.

2.3. Os quantitativos registrados possuem natureza **estimativa**, não obrigando a Administração à contratação integral, sendo os pagamentos devidos apenas em relação aos serviços efetivamente demandados, executados, medidos, recebidos e atestados.

2.4. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Parintins a contratar o objeto, facultando-se a realização de contratação específica, desde que devidamente justificada, assegurada à Detentora da Ata a preferência de contratação em igualdade de condições, na forma da legislação aplicável.

2.5. Os preços registrados compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, inclusive mão de obra, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, seguros, descarte de resíduos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

## **3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador da presente Ata será a **Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Parintins**.

3.2. Compete ao Órgão Gerenciador:

3.2.1. gerenciar a Ata de Registro de Preços;

3.2.2. controlar os quantitativos registrados e as contratações decorrentes;

3.2.3. convocar a Detentora da Ata para assinatura dos contratos ou instrumentos equivalentes;

3.2.4. acompanhar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da Detentora;

3.2.5. promover, quando cabível, a negociação, alteração, atualização ou cancelamento dos preços registrados;

3.2.6. aplicar penalidades relacionadas ao descumprimento da Ata, sem prejuízo das sanções decorrentes dos contratos dela originados;

3.2.7. praticar os demais atos necessários à adequada gestão do Sistema de Registro de Preços.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da Ata, a adesão por órgãos ou entidades não participantes somente poderá ocorrer se admitida no Edital e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, do Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, e demais normas aplicáveis.

**4.2.** A adesão dependerá, cumulativamente:

**4.2.1.** de apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

**4.2.2.** de demonstração de compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado;

**4.2.3.** de consulta e autorização prévia do Órgão Gerenciador;

**4.2.4.** de aceitação da Detentora da Ata;

**4.2.5.** de inexistência de prejuízo à execução das demandas próprias da Câmara Municipal de Parintins.

**4.3.** O Órgão Gerenciador poderá rejeitar adesões quando verificar risco de prejuízo à execução de suas próprias contratações, à capacidade operacional da Detentora, à gestão da Ata ou ao interesse público.

**4.4.** A contratação decorrente de adesão deverá observar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e os limites legais e regulamentares aplicáveis.

**4.5.** As contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder os limites estabelecidos na legislação e no regulamento aplicável.

**4.6.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das hipóteses de remanejamento, contratação parcial ou contratação dos quantitativos registrados, quando admitidas pela legislação.

#### **5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO DE RESERVA**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, não se confundindo com a vigência dos contratos administrativos dela decorrentes, observada sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP e nos demais meios oficiais aplicáveis.

**5.2.** A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período, uma única vez, desde que comprovados a vantajosidade dos preços registrados, a manutenção da necessidade administrativa e o interesse público, mediante justificativa formal nos autos e anuência da Detentora da Ata.

**5.3.** Os contratos administrativos decorrentes da Ata terão vigência própria, definida no respectivo instrumento contratual, observadas a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições de execução do objeto.

**5.4.** Os contratos decorrentes da Ata poderão ser prorrogados sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade econômica, a manutenção da necessidade administrativa, a adequada execução contratual, a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

**5.5.** A contratação com a Detentora da Ata será formalizada por meio de instrumento contratual, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil admitido pela Lei nº 14.133/2021, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e desta Ata.

**5.6.** O instrumento contratual deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**5.7.** Após a homologação da licitação, serão registrados na Ata os preços e os quantitativos da adjudicatária, observada a possibilidade de formação de cadastro de reserva, conforme previsto no Edital.

**5.8.** Poderão integrar o cadastro de reserva os licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos da adjudicatária, observada a ordem de classificação do certame.

**5.9.** A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva somente será verificada quando houver necessidade de convocação para contratação, nas hipóteses previstas no Edital e na legislação aplicável.

**5.10.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados e dos integrantes do cadastro de reserva.

**5.11.** A existência de cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação.

**5.12.** A Ata de Registro de Preços será assinada preferencialmente por meio eletrônico ou digital, conforme procedimentos adotados pela Administração.

#### **6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** A execução dos serviços decorrentes desta Ata será realizada sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

**6.2.** A Ordem de Serviço deverá conter, sempre que aplicável:

**6.2.1.** descrição dos serviços a serem executados;

**6.2.2.** local de execução;

**6.2.3.** quantitativos estimados;

**6.2.4.** prazo de atendimento e execução;

**6.2.5.** critérios de medição;

**6.2.6.** responsável pelo acompanhamento;

**6.2.7.** demais condições técnicas necessárias à execução.

**6.3.** Os serviços somente poderão ser iniciados após emissão da respectiva Ordem de Serviço, salvo situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração.

**6.4.** A Detentora deverá manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**6.5.** A Detentora deverá manter responsável técnico habilitado e regularmente registrado no conselho profissional competente, conforme exigências do Edital e do Termo de Referência.

**6.6.** A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente normas da ABNT, normas de segurança do trabalho, normas ambientais, normas dos conselhos profissionais competentes e demais regulamentações pertinentes.

**6.7.** Quando exigível, a Detentora deverá providenciar ART, RRT ou documento equivalente relativo aos serviços executados.

**6.8.** A Detentora deverá apresentar, quando exigido, Plano de Manutenção Predial — PMP, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, relatórios de execução, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais ou documentos equivalentes, nos termos do Termo de Referência.

#### **7. DA MATRIZ DE RISCOS**



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**7.1.** A matriz de riscos constante do Estudo Técnico Preliminar — ETP integra a presente Ata para todos os fins, independentemente de sua reprodução integral neste instrumento, devendo orientar a gestão, a fiscalização, a execução contratual, a alocação de responsabilidades entre as partes, a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, bem como a análise de eventual revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.

**7.2.** Os riscos atribuídos à Detentora incluem, entre outros, falhas de execução técnica, fornecimento de materiais em desconformidade, inadequada alocação de mão de obra, equipamentos ou ferramentas, descumprimento de normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho, bem como atrasos decorrentes de planejamento interno, logística, aquisição de insumos ou gestão operacional.

**7.3.** Os riscos atribuídos à Administração incluem, entre outros, atraso injustificado na emissão de Ordens de Serviço, indisponibilidade de acesso às áreas de execução por motivos administrativos e atraso injustificado na análise de medições ou na liquidação da despesa.

**7.4.** Eventos extraordinários, imprevisíveis ou de força maior serão tratados conforme a legislação aplicável, a matriz de riscos e os princípios do equilíbrio econômico-financeiro.

**7.5.** A matriz de riscos poderá ser revisada, atualizada ou complementada durante a execução contratual, sempre que identificados fatos supervenientes capazes de impactar a execução dos serviços, a continuidade das atividades institucionais, os resultados pretendidos ou o equilíbrio econômico-financeiro, mediante instrução formal do processo administrativo.

#### **8. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços registrados, nas hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber, e demais normas aplicáveis.

**8.2.** A alteração ou atualização dos preços registrados poderá ocorrer, entre outras hipóteses:

**8.2.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

**8.2.2.** em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada;

**8.2.3.** em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**8.2.4.** em razão de redução dos preços praticados no mercado;

**8.2.5.** nas hipóteses de revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabíveis, observada a matriz de riscos.

**8.3.** Os preços registrados poderão ser reajustados pelo **IPCA**, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Edital, do Termo de Referência e da minuta contratual.

**8.4.** Não se aplica à presente contratação o instituto da **repactuação de preços**, por não se tratar de contratação com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, adotando-se exclusivamente o reajuste por índice, mediante aplicação do IPCA.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**8.5.** Os pedidos de alteração, revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser devidamente instruídos pela parte interessada, com demonstração do fato gerador, nexos causal, impactos econômicos, planilha de custos e demais documentos comprobatórios.

#### **9. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará a Detentora para negociar a redução do preço registrado.

**9.2.** Caso a Detentora não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, poderá ser liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, desde que demonstrada a impossibilidade de manutenção do preço e observadas as condições legais e regulamentares.

**9.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o Órgão Gerenciador poderá convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam praticar preços compatíveis com o mercado.

**9.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador poderá proceder ao cancelamento total ou parcial da Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**9.5.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a Detentora não puder cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que inviabilize sua execução nas condições originalmente pactuadas.

**9.6.** Na hipótese de não comprovação do fato superveniente ou de ausência de demonstração suficiente da inviabilidade do preço registrado, o pedido será indeferido, ficando a Detentora obrigada a cumprir as condições pactuadas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.

**9.7.** Havendo comprovação da majoração de custos e sendo cabível a atualização do preço registrado, o Órgão Gerenciador poderá promover a alteração do preço, observada a legislação aplicável, a matriz de riscos e a vantajosidade para a Administração.

#### **10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS**

**10.1.** As quantidades registradas poderão ser remanejadas, quando admitido pela legislação e pelo regulamento aplicável, mediante autorização do Órgão Gerenciador e observância dos limites legais.

**10.2.** O remanejamento não poderá implicar acréscimo dos quantitativos totais fixados na Ata de Registro de Preços.

**10.3.** O remanejamento dependerá de justificativa formal, demonstração de compatibilidade com o interesse público, disponibilidade dos quantitativos registrados e anuência dos envolvidos, quando exigível.

**10.4.** Na hipótese de remanejamento que possa impactar a capacidade operacional da Detentora ou a execução das demandas da Câmara Municipal de Parintins, o Órgão Gerenciador poderá indeferir o pedido.

#### **11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA DETENTORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**11.1.** O registro da Detentora poderá ser cancelado quando:

**11.1.1.** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, do Edital, do Termo de Referência ou dos contratos decorrentes;

**11.1.2.** não assinar o contrato, não retirar a nota de empenho ou não aceitar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceita;

**11.1.3.** não aceitar manter o preço registrado nas hipóteses previstas na legislação aplicável;





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 11.1.4.** sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observada a abrangência da penalidade;
- 11.1.5.** não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- 11.1.6.** descumprir normas técnicas, ambientais ou de segurança do trabalho;
- 11.1.7.** deixar de atender Ordens de Serviço injustificadamente;
- 11.1.8.** fornecer materiais, peças, equipamentos ou serviços em desconformidade com as especificações exigidas;
- 11.1.9.** praticar ato que comprometa a execução dos serviços, a segurança das instalações ou a continuidade das atividades institucionais.
- 11.2.** O cancelamento do registro será formalizado por despacho fundamentado do Órgão Gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.** Na hipótese de cancelamento do registro da Detentora, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 11.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:
- 11.4.1.** por razão de interesse público;
- 11.4.2.** a pedido da Detentora, em decorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente devidamente comprovado;
- 11.4.3.** se não houver êxito nas negociações de preços;
- 11.4.4.** se os preços registrados deixarem de refletir a realidade de mercado e não for possível sua adequação.

## **12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 12.1.** O recebimento dos serviços e a fiscalização da execução observarão o disposto no Termo de Referência, no Edital, na minuta contratual, nas Ordens de Serviço e demais documentos integrantes do processo.
- 12.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização contratual, mediante verificação inicial de sua execução, conformidade com a Ordem de Serviço, especificações técnicas e condições pactuadas.
- 12.3.** O recebimento definitivo ocorrerá após análise da conformidade dos serviços, correção de eventuais falhas, aprovação da medição e ateste pela fiscalização competente.
- 12.4.** Serviços executados em desacordo com as especificações, normas técnicas, condições da Ordem de Serviço ou determinações da fiscalização poderão ser recusados, glosados ou devolvidos para correção, sem ônus para a Administração.
- 12.5.** A Detentora deverá corrigir, refazer, substituir ou recompor, às suas expensas, os serviços, materiais, peças ou equipamentos recusados pela fiscalização, no prazo por ela fixado.
- 12.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora por vícios, defeitos, inconformidades, danos ou falhas posteriormente identificadas.

## **13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1.** A Ata de Registro de Preços não gera, por si só, obrigação de contratação nem compromisso financeiro imediato para a Administração.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**13.2.** As despesas decorrentes das contratações oriundas desta Ata correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Parintins para o exercício correspondente, conforme dotação orçamentária indicada no respectivo contrato, nota de empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

**13.3.** Para o exercício de 2026, a despesa poderá correr, conforme disponibilidade e classificação orçamentária vigente, à conta da seguinte dotação:

**Unidade Orçamentária:** 0101 — Câmara Municipal  
**Classificação Programática:** 01.031.0001.2.001

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica

**Fonte de Recursos:** Recursos Ordinários / FPM, ou outra que vier a ser indicada pela Administração.

**13.4.** Nos exercícios subsequentes, as despesas ficarão condicionadas à existência de dotação orçamentária própria e suficiente.

#### **14. DAS PENALIDADES**

**14.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços, do Edital, do Termo de Referência, da proposta ou dos contratos dela decorrentes ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e nos instrumentos contratuais.

**14.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem compromisso assumido injustificadamente após anuírem às condições da Ata.

**14.3.** Compete ao Órgão Gerenciador aplicar penalidades decorrentes do descumprimento desta Ata de Registro de Preços.

**14.4.** As penalidades decorrentes da execução de contratos específicos poderão ser aplicadas pelo órgão ou unidade responsável pela contratação, sem prejuízo da comunicação ao Órgão Gerenciador para eventual cancelamento do registro.

**14.5.** A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Administração e limitada a serviços acessórios ou de apoio à execução contratual.

**15.2.** É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo que fundamentaram a habilitação técnico-operacional da Detentora, especialmente os serviços relativos à manutenção de redes elétricas prediais e à manutenção, recuperação ou adequação de coberturas, telhados, estruturas de cobertura, calhas, rufos, forros e componentes correlatos.

**15.3.** A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Detentora pela execução do objeto, pela coordenação dos serviços, pela supervisão das atividades subcontratadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais, legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança.

#### **16. DAS CONDIÇÕES GERAIS**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**16.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como prazos, obrigações da Administração e da Detentora, critérios de medição, recebimento, pagamento, fiscalização, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na minuta contratual e demais documentos integrantes do processo.

**16.2.** Em caso de divergência entre esta Ata e os demais documentos do processo, a interpretação deverá preservar a coerência do conjunto da contratação, observando-se:

**16.2.1.** quanto às regras procedimentais da licitação, prevalecerão as disposições do Edital;

**16.2.2.** quanto às especificações técnicas, condições de execução, critérios de medição, recebimento, fiscalização e obrigações da Detentora, prevalecerão as disposições do Termo de Referência;

**16.2.3.** quanto aos elementos de planejamento, justificativas, estimativas, riscos e fundamentos técnicos da demanda, prevalecerão as disposições do Estudo Técnico Preliminar — ETP;

**16.2.4.** quanto às condições contratuais, prevalecerão as disposições do contrato celebrado, desde que compatíveis com o Edital, o Termo de Referência, o ETP e esta Ata.

**16.3.** A Detentora deverá manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**16.4.** A presente Ata será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, no sítio oficial da Câmara Municipal de Parintins e nos demais meios oficiais aplicáveis.

**16.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Parintins/AM para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da presente Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Parintins/AM, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM**

ÓRGÃO GERENCIADOR

CNPJ nº 04.442.941/0001-36

Representante legal: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

**EMPRESA DETENTORA DA ATA**

CNPJ nº \_\_\_\_\_

Representante legal: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

#### ANEXO IV

#### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM E A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA, SOB DEMANDA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 04.442.941/0001-36, com sede na Rua Umiri, nº 781, Conjunto Macurany, CEP 69.151-420, Parintins/AM, neste ato representada por seu Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \*\*\*\*, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade/UF, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Licitatório nº 011/2026 – CL/CMP, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, do Decreto Municipal nº 042/2023-PGMP, do Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP e da respectiva Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de **serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas **civil, elétrica e hidrossanitária**, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações da Câmara Municipal de Parintins, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na Ata de Registro de Preços, na proposta da Contratada e demais documentos integrantes do processo.

1.2. Os serviços serão executados **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Serviço — OS** pela Administração, observados os quantitativos estimados, os preços registrados, os limites estabelecidos na Ata de Registro de Preços e as condições previstas neste Contrato e em seus anexos.

1.3. Os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis previstos nos documentos da contratação serão executados exclusivamente de forma **acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial**, destinados à recuperação, recomposição, substituição, adequação ou conservação das instalações existentes, sendo vedada sua utilização para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**1.4.** A contratação será executada em **lote único**, conforme planilha orçamentária, memória de cálculo, composições unitárias de custos e demais documentos técnicos constantes do Termo de Referência e dos autos do processo, observados os preços unitários e o valor global registrado.

**1.5.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.5.1.** o Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP;

**1.5.2.** o Termo de Referência;

**1.5.3.** o Estudo Técnico Preliminar — ETP, incluindo a matriz de riscos da contratação;

**1.5.4.** a Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/2026;

**1.5.5.** a proposta da Contratada;

**1.5.6.** a planilha orçamentária, memória de cálculo, composições unitárias de custos e demais documentos técnicos;

**1.5.7.** as Ordens de Serviço emitidas pela Administração;

**1.5.8.** eventuais anexos e documentos complementares constantes dos autos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA — DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência inicial deste Contrato será de **12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura, não se confundindo com a vigência da Ata de Registro de Preços que lhe deu origem.

**2.2.** Por se tratar de serviço comum de engenharia de natureza continuada, essencial à preservação do patrimônio público e à continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Parintins, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável.

**2.3.** A prorrogação contratual dependerá de demonstração formal:

**2.3.1.** da manutenção da necessidade administrativa;

**2.3.2.** da vantajosidade econômica para a Administração;

**2.3.3.** da adequada e satisfatória execução contratual;

**2.3.4.** da existência de disponibilidade orçamentária;

**2.3.5.** do interesse público na continuidade da contratação.

**2.4.** A Contratada não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.5.** A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais de apostilamento.

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada com sanção que impeça a contratação com o Poder Público, observada a abrangência da penalidade aplicada.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA — DO REGIME DE EXECUÇÃO, MODELO DE GESTÃO E ORDENS DE SERVIÇO**

**3.1.** A execução do objeto ocorrerá sob o regime de **execução indireta**, por preço unitário, conforme os serviços efetivamente demandados, executados, medidos e atestados pela Administração.

**3.2.** A execução será realizada **sob demanda**, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, contendo, no mínimo:



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**3.2.1.** descrição dos serviços a serem executados;

**3.2.2.** local de execução;

**3.2.3.** quantitativos estimados;

**3.2.4.** prazo de atendimento e execução;

**3.2.5.** critérios de medição;

**3.2.6.** responsável pelo acompanhamento;

**3.2.7.** demais condições técnicas necessárias à execução.

**3.3.** Os serviços somente poderão ser iniciados após emissão da respectiva Ordem de Serviço, salvo situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração.

**3.4.** A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas por servidores formalmente designados, competindo-lhes acompanhar, supervisionar, registrar, medir, atestar e avaliar a execução dos serviços, bem como comunicar eventuais irregularidades, não conformidades ou necessidades de correção.

**3.5.** As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente executados, nos preços unitários contratados, nas Ordens de Serviço emitidas e nos critérios previstos no Termo de Referência.

**3.6.** A execução deverá observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, normas de segurança do trabalho, normas ambientais, normas dos conselhos profissionais competentes e demais regulamentações pertinentes.

**3.7.** A emissão de Ordem de Serviço não obriga a Administração a demandar todos os quantitativos estimados na planilha, pois estes possuem natureza estimativa, conforme a necessidade administrativa.

#### **CLÁUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Administração e limitada a serviços acessórios ou de apoio à execução contratual.

**4.2.** É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo que fundamentaram a habilitação técnico-operacional da Contratada, especialmente os serviços relativos à manutenção de redes elétricas prediais e à manutenção, recuperação ou adequação de coberturas, telhados, estruturas de cobertura, calhas, rufos, forros e componentes correlatos.

**4.3.** A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto, pela coordenação dos serviços, pela supervisão das atividades subcontratadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais, legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança.

**4.4.** A subcontratação dependerá de solicitação formal da Contratada, acompanhada da identificação da empresa subcontratada, comprovação de regularidade mínima exigível, descrição dos serviços a serem subcontratados e justificativa técnica.

**4.5.** A Administração poderá rejeitar a subcontratação quando verificar risco à execução contratual, incompatibilidade técnica, ausência de regularidade, conflito de interesses ou prejuízo ao interesse público.

#### **CLÁUSULA QUINTA — DO PREÇO**





# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

5.1. O valor máximo estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente aos serviços previstos para o período contratual, conforme preços registrados na Ata de Registro de Preços, planilha orçamentária e proposta da Contratada.

5.2. Os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos serviços efetivamente executados, medidos, fiscalizados e atestados pela Administração, observados os preços unitários contratados, as Ordens de Serviço emitidas e os limites quantitativos e financeiros estabelecidos.

5.3. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive mão de obra, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, seguros, custos administrativos, descarte de resíduos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

5.4. Os quantitativos previstos na planilha são estimativos e não obrigam a Administração à contratação integral, sendo os pagamentos realizados apenas pelos serviços efetivamente demandados, executados, medidos, recebidos e atestados.

#### CLÁUSULA SEXTA — DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado conforme medições dos serviços efetivamente executados, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhada da medição aprovada, memória de cálculo, relatório de execução, Ordem de Serviço correspondente e ateste da fiscalização contratual.

6.2. O pagamento será efetuado no prazo previsto no Termo de Referência, após a regular liquidação da despesa, condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

6.3. Não será admitida antecipação de pagamento.

6.4. A Administração poderá efetuar retenções, glosas ou descontos relativos a serviços não executados, executados parcialmente, executados em desconformidade ou recusados pela fiscalização.

6.5. A Nota Fiscal deverá discriminar os serviços executados, a Ordem de Serviço correspondente, o período de execução, os quantitativos medidos, os valores unitários e o valor total devido.

6.6. Havendo erro na Nota Fiscal, inconsistência na medição, ausência de documentos obrigatórios ou necessidade de correção dos serviços, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização pela Contratada.

6.7. Em caso de atraso de pagamento imputável à Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA, na forma prevista no Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.8. A cessão de crédito decorrente deste contrato somente será admitida quando observadas as condições previstas no Termo de Referência, no Edital e na legislação aplicável, mediante prévia ciência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTE E DA NÃO APLICAÇÃO DA REPACTUAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **1 (um) ano**, contado da data do orçamento estimado, conforme indicado no Termo de Referência e no processo administrativo.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do **IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**7.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**7.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento, quando não houver alteração de cláusula contratual.

**7.9.** Não se aplica ao presente contrato o instituto da **repactuação de preços**, por não se tratar de contratação com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, adotando-se exclusivamente o reajuste por índice, mediante aplicação do IPCA, nos termos do Termo de Referência, do Edital, deste Contrato e da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA — DA MATRIZ DE RISCOS**

**8.1.** A matriz de riscos constante do Estudo Técnico Preliminar — ETP integra o presente Contrato para todos os fins, independentemente de sua reprodução integral neste instrumento, devendo orientar a gestão, a fiscalização, a execução contratual, a alocação de responsabilidades entre as partes, a adoção de medidas preventivas e mitigadoras, bem como a análise de eventual revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.

**8.2.** Os riscos atribuídos à Contratada incluem, entre outros, falhas de execução técnica, fornecimento de materiais em desconformidade, inadequada alocação de mão de obra, equipamentos ou ferramentas, descumprimento de normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho, bem como atrasos decorrentes de planejamento interno, logística, aquisição de insumos ou gestão operacional.

**8.3.** Os riscos atribuídos à Administração incluem, entre outros, atraso injustificado na emissão de Ordens de Serviço, indisponibilidade de acesso às áreas de execução por motivos administrativos e atraso injustificado na análise de medições ou na liquidação da despesa.

**8.4.** Eventos extraordinários, imprevisíveis ou de força maior serão tratados conforme a legislação aplicável, a matriz de riscos e os princípios do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**8.5.** A matriz de riscos poderá ser revisada, atualizada ou complementada durante a execução contratual, sempre que identificados fatos supervenientes capazes de impactar a execução dos serviços, a continuidade das atividades institucionais, os resultados pretendidos ou o equilíbrio econômico-financeiro, mediante instrução formal do processo administrativo.

#### **CLÁUSULA NONA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** São obrigações da Contratante:

**9.1.1.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 9.1.2.** emitir as Ordens de Serviço necessárias à execução do objeto, indicando os serviços, locais, prazos, quantitativos e condições aplicáveis;
- 9.1.3.** designar formalmente gestor e fiscal do contrato para acompanhamento e fiscalização da execução;
- 9.1.4.** permitir o acesso da Contratada às áreas onde os serviços serão executados, observadas as normas internas de segurança e funcionamento da Câmara Municipal;
- 9.1.5.** acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, registrando ocorrências, medições, atestes, recusas, glosas e demais atos pertinentes;
- 9.1.6.** receber provisória e definitivamente os serviços, nos termos do Termo de Referência e deste Contrato;
- 9.1.7.** notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, atrasos ou desconformidades verificadas na execução dos serviços ou nos materiais empregados;
- 9.1.8.** determinar a correção, substituição, recomposição ou refazimento de serviços, materiais, peças ou equipamentos em desconformidade;
- 9.1.9.** efetuar o pagamento à Contratada, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.10.** aplicar as sanções previstas na lei, no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato, quando cabíveis;
- 9.1.11.** decidir sobre solicitações, reclamações, pedidos de reequilíbrio, prorrogação, reajuste ou demais requerimentos apresentados pela Contratada, observados os prazos legais e regulamentares;
- 9.1.12.** manter registro formal das Ordens de Serviço, medições, relatórios, ocorrências e demais documentos relacionados à execução contratual;
- 9.1.13.** resguardar os dados pessoais da pessoa natural representante da Contratada, nos termos da Lei nº 13.709/2018 — LGPD.
- 9.2.** A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência, do ETP, da Ata de Registro de Preços, da proposta apresentada e demais anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.2.** São obrigações da Contratada:
- 10.2.1.** executar os serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, sob demanda, conforme Ordens de Serviço emitidas pela Administração;
- 10.2.2.** fornecer todos os materiais, peças, equipamentos, ferramentas, insumos, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto;
- 10.2.3.** manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no conselho profissional competente, durante toda a execução contratual;
- 10.2.4.** providenciar ART, RRT ou documento equivalente, quando exigível, relativo aos serviços executados, conforme normas do conselho profissional competente;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 10.2.5.** executar os serviços observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho, normas ambientais, normas municipais, estaduais e federais aplicáveis, bem como as determinações da fiscalização;
- 10.2.6.** adotar práticas adequadas de segurança do trabalho, fornecendo e exigindo o uso de EPIs e EPCs necessários;
- 10.2.7.** cumprir, quando aplicável, as normas relativas a serviços em instalações elétricas, trabalho em altura, atividades de risco e demais normas regulamentadoras pertinentes;
- 10.2.8.** manter seus empregados devidamente identificados, uniformizados e habilitados para a execução dos serviços;
- 10.2.9.** reparar, corrigir, remover, reconstruir, recompor ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços, materiais, peças ou equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades;
- 10.2.10.** responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos, subcontratados ou representantes;
- 10.2.11.** comunicar à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, impedimento, risco ou fato relevante relacionado à execução do objeto;
- 10.2.12.** paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco pessoas, bens, instalações ou o interesse público;
- 10.2.13.** manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.14.** apresentar, quando solicitado, documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais documentos necessários à liquidação da despesa;
- 10.2.15.** cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, tributárias e ambientais decorrentes da execução contratual, não transferindo à Contratante qualquer responsabilidade por sua inadimplência;
- 10.2.16.** elaborar e apresentar, quando exigido, Plano de Manutenção Predial — PMP, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, relatórios de execução, fichas técnicas, certificados, manuais, laudos ou documentos equivalentes;
- 10.2.17.** promover o adequado gerenciamento, acondicionamento, transporte e descarte dos resíduos gerados na execução dos serviços, observada a legislação ambiental aplicável;
- 10.2.18.** manter limpos, organizados e seguros os locais de execução, removendo entulhos, sobras de materiais e resíduos decorrentes dos serviços;
- 10.2.19.** submeter previamente à fiscalização quaisquer mudanças nos métodos executivos, materiais, peças ou soluções técnicas que fujam às especificações previstas no Termo de Referência ou na Ordem de Serviço;
- 10.2.20.** apresentar, quando aplicável, registros “as built”, croquis, relatórios fotográficos ou documentos técnicos que demonstrem alterações significativas realizadas nas instalações;
- 10.2.21.** guardar sigilo sobre informações obtidas em decorrência da execução contratual;
- 10.2.22.** observar a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD, adotando medidas para proteção de dados pessoais a que tenha acesso;



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**10.2.23.** não permitir a utilização de trabalho de menor em condições vedadas pela Constituição Federal e pela legislação trabalhista;

**10.2.24.** cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, quando aplicável;

**10.2.25.** atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou por autoridade superior.

**10.3.** A Contratada será integralmente responsável pela qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade e conformidade técnica dos serviços executados e dos materiais empregados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**11.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização contratual, mediante verificação inicial de sua execução, conformidade com a Ordem de Serviço, especificações técnicas e condições pactuadas.

**11.2.** O recebimento definitivo ocorrerá após análise da conformidade dos serviços, correção de eventuais falhas, aprovação da medição e ateste pela fiscalização competente.

**11.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, inconformidades, danos ou falhas posteriormente identificadas.

**11.4.** Serviços executados em desacordo com as especificações, normas técnicas, condições da Ordem de Serviço ou determinações da fiscalização poderão ser recusados, glosados ou devolvidos para correção, sem ônus para a Administração.

**11.5.** A Contratada deverá corrigir, refazer, substituir ou recompor, às suas expensas, os serviços, materiais, peças ou equipamentos recusados pela fiscalização, no prazo por ela fixado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12.2.** A ausência de garantia contratual não afasta a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto, nem impede a aplicação de retenções, glosas, descontos, sanções administrativas, indenizações ou demais medidas cabíveis em caso de inadimplemento contratual.

**12.3.** A segurança da execução será assegurada pelo acompanhamento e fiscalização da Administração, pelas medições dos serviços efetivamente executados, pela possibilidade de glosa ou retenção de valores e pela aplicação das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

**13.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.2.** der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

**13.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;

**13.1.6.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 13.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- 13.1.9.** abandonar a execução de Ordem de Serviço sem justificativa aceita pela Administração;
- 13.1.10.** descumprir normas técnicas, ambientais ou de segurança do trabalho;
- 13.1.11.** fornecer materiais, peças ou equipamentos em desconformidade com as especificações;
- 13.1.12.** deixar de corrigir, substituir, recompor ou refazer serviços recusados pela fiscalização no prazo determinado;
- 13.1.13.** executar serviços sem responsável técnico, sem habilitação adequada ou em desconformidade com as normas profissionais aplicáveis.
- 13.2.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 13.2.1.** advertência;
- 13.2.2.** multa;
- 13.2.3.** impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.3.** A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras previstas no Edital, no Termo de Referência ou na legislação:
- 13.3.1.** multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.3.2.** multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração;
- 13.3.3.** multa por descumprimento de normas técnicas, ambientais ou de segurança do trabalho, conforme apuração em processo administrativo;
- 13.3.4.** multa por não correção, refazimento ou substituição de serviços, materiais ou peças recusados pela fiscalização no prazo determinado.
- 13.4.** O atraso superior a 30 (trinta) dias poderá autorizar a Administração a promover a extinção do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 13.5.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração ou a terceiros.
- 13.6.** A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 13.7.** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 14.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, pelos motivos previstos na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2.** Constituem hipóteses específicas de extinção contratual, sem prejuízo das demais previstas em lei:





# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

- 14.2.1. abandono da execução dos serviços;
  - 14.2.2. reincidência de falhas técnicas graves;
  - 14.2.3. descumprimento reiterado de Ordens de Serviço;
  - 14.2.4. descumprimento de normas de segurança do trabalho;
  - 14.2.5. execução de serviços sem responsável técnico habilitado;
  - 14.2.6. perda das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação;
  - 14.2.7. subcontratação irregular ou não autorizada;
  - 14.2.8. fornecimento reiterado de materiais em desconformidade;
  - 14.2.9. prática de atos que coloquem em risco pessoas, bens públicos, instalações ou a continuidade das atividades institucionais.
- 14.3. A extinção contratual será formalizada nos autos do processo administrativo, com indicação dos fundamentos, apuração dos valores devidos, eventuais indenizações, glosas, multas e demais consequências legais.
- 14.4. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, nos termos da legislação aplicável, da matriz de riscos e mediante regular instrução processual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Parintins para o exercício correspondente, conforme dotação orçamentária indicada no processo administrativo, na nota de empenho e nos instrumentos próprios.
- 15.2. Para o exercício de 2026, a despesa poderá correr, conforme disponibilidade e classificação orçamentária vigente, à conta da seguinte dotação:

**Unidade Orçamentária:** 0101 — Câmara Municipal  
**Classificação Programática:** 01.031.0001.2.001  
**Natureza da Despesa:** 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica  
**Fonte de Recursos:** Recursos Ordinários / FPM, ou outra que vier a ser indicada pela Administração.

- 15.3. Nos exercícios subsequentes, as despesas ficarão condicionadas à existência de dotação orçamentária própria e suficiente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites legais aplicáveis.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, submetido à prévia análise jurídica, quando exigível, ressalvadas as hipóteses de apostilamento previstas em lei.
- 16.4. Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser realizados por simples apostila, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.



# **ESTADO DO AMAZONAS**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**16.5.** Os pedidos de revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser devidamente instruídos pela parte interessada, observando-se a matriz de riscos, a demonstração do fato gerador, o nexo causal, os impactos econômicos e a legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 072/2023-PGMP, no Decreto Federal nº 11.462/2023, no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na Ata de Registro de Preços e demais normas aplicáveis.

**17.2.** Aplicam-se subsidiariamente, quando cabível, os princípios gerais dos contratos, as normas de direito público, as normas de direito privado compatíveis e demais legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio oficial da Câmara Municipal de Parintins e demais meios oficiais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**19.1.** As partes comprometem-se a observar a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, no tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em decorrência deste Contrato.

**19.2.** A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**19.3.** A Contratada deverá orientar seus empregados, prepostos, subcontratados e representantes quanto ao cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA — DA ANTICORRUPÇÃO**

**20.1.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou não financeira, benefício ou favorecimento que constitua prática ilegal, ato de corrupção ou ato lesivo à Administração Pública.

**20.2.** A Contratada compromete-se a garantir que seus sócios, administradores, empregados, prepostos, representantes e subcontratados observem as normas de integridade, ética, anticorrupção e prevenção a conflitos de interesse.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Parintins/AM para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em \_\_\_\_ vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

Parintins/AM, XX de XXXXXX de 2026.

\_\_\_\_\_  
XXXXXX XXXXXX XXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXZXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
C.P.F Nº XXXXXXXXX  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF nº XXXXXXXXXX-XX  
CONTRATADO

TESTEMUNHA 1

NOME: .....

CPF Nº .....

ASSINATURA: .....

TESTEMUNHA 2

NOME: .....

CPF Nº .....

ASSINATURA: .....

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD****ANEXO V****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS**

Objeto: “Registro de preços para contratação de empresa especializada que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins”.

LOTE 1 – MANUTENÇÃO PREDIAL									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>					<b>267.139,29</b>	<b>22,87 %</b>
1.1	91957	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18	64,96	83,37	1.500,66	0,20 %
1.2	91973	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18	118,27	151,79	2.732,22	0,36 %
1.3	91971	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18	109,98	141,15	2.540,70	0,34 %
1.4	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18	39,19	50,30	905,40	0,20 %
1.5	92001	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20	41,55	53,32	1.066,40	0,21 %
1.6	92009	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20	64,92	83,32	1.666,40	0,33 %
1.7	92007	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20	51,16	65,66	1.313,20	0,26 %
1.8	92014	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20	67,44	86,55	1.731,00	0,34 %
1.9	92017	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	88,28	113,30	1.699,50	0,45 %
1.10	91997	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	46,82	60,09	901,35	0,24 %

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.11	91996	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	44,46	57,06	855,90	0,23 %
1.12	92003	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	61,77	79,28	1.189,20	0,31 %
1.13	92004	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	70,81	90,88	1.363,20	0,36 %
1.14	92012	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	97,10	124,62	1.869,30	0,49 %
1.15	92012	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	97,10	124,62	1.869,30	0,49 %
1.16	91992	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	58,10	74,57	1.118,55	0,30 %
1.17	91993	SINAPI	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15	60,46	77,60	1.164,00	0,31 %
1.18	103783	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON QUADRADA, DE SOBREPOR, COM LED DE 12 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30	25,38	32,57	977,10	0,78 %
1.19	105545	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED PAR20 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30	32,93	42,26	1.267,80	0,34 %
1.20	105543	SINAPI	LUMINÁRIA LED DE SOBREPOR - QUADRADA *60X60*CM, INCLUSO DRIVER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30	57,14	73,33	2.199,90	0,58 %
1.21	103784	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON QUADRADA, DE SOBREPOR, COM LED DE 18 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	30	27,25	34,97	1.049,10	0,28 %
1.22	105542	SINAPI	LUMINÁRIA LED DE EMBUTIR - QUADRADA 60X60CM, INCLUSO DRIVER - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	12	61,99	79,56	954,72	0,63 %
1.23	103788	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON QUADRADA, DE EMBUTIR, COM LED DE 24 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	18	33,06	42,43	763,74	0,34 %
1.24	103785	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO PLAFON QUADRADA, DE SOBREPOR, COM LED DE 24 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	18	31,23	40,08	721,44	0,32 %
1.25	105920	SINAPI	LUMINÁRIA REFLETOR LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	18	51,46	66,04	1.188,72	0,52 %
1.26	105921	SINAPI	LUMINÁRIA REFLETOR LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 200 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	18	51,46	66,04	1.188,72	0,52 %
1.27	97607	SINAPI	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED DE 6 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	12	105,35	135,21	1.622,52	1,07 %



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.28	100907	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA TUBULAR LED DE 18 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	12	34,97	44,88	538,56	0,36 %
1.29	100916	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE EMBUTIR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES LED DE 18 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	10	62,83	80,64	806,40	0,64 %
1.33	97610	SINAPI	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	15	19,14	24,56	368,40	0,20 %
1.34	100903	SINAPI	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, COM SOQUETE, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024_PS	UN	25	41,47	53,22	1.330,50	1,27 %
1.35	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	25	10,59	13,59	339,75	1,08 %
1.36	91925	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	25	3,89	4,99	124,75	0,40 %
1.37	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	200	7,14	9,16	1.832,00	0,73 %
1.38	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	400	5,20	6,67	2.668,00	1,06 %
1.39	91932	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	50	17,36	22,28	1.114,00	1,77 %
1.40	91935	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	160	26,25	33,69	5.390,40	1,34 %
1.41	101562	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2025	M	150	23,73	30,45	4.567,50	0,24 %
1.42	92988	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	150	54,02	69,33	10.399,50	0,55 %
1.43	106030	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR DR 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5	159,02	204,10	1.020,50	0,16 %
1.44	106031	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 80A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5	58,18	74,67	373,35	0,06 %
1.45	101890	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 30A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5	14,50	18,61	93,05	0,15 %
1.46	101892	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	15	65,62	84,22	1.263,30	0,67 %
1.47	101897	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 250A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2	912,95	1.171,77	2.343,54	0,19 %





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

1.48	101893	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 10 ATÉ 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5	84,68	108,68	543,40	0,86 %
1.49	101882	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 30 DISJUNTORES DIN 225A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	2	1.237,65	1.588,52	3.177,04	0,25 %
1.50	101874	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 24 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	3	339,18	435,33	1.305,99	0,10 %
<b>2</b>			<b>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>						<b>2,57 %</b>
2.1	100849	SINAPI	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	3	42,82	54,95	164,85	0,04 %
2.2	100850	SINAPI	ASSENTO SANITÁRIO PARA PCD - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	3	4,62	5,92	17,76	0,00 %
2.3	97666	SINAPI	REMOÇÃO DE METAIS SANITÁRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	3	10,97	14,07	42,21	0,01 %
2.4	106778	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA COM ALAVANCA, PARA LAVATÓRIO DE SANITÁRIO PCD - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	3	3,77	4,83	14,49	0,00 %
2.5	89848	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	10	26,66	34,21	342,10	0,27 %
2.6	86883	SINAPI	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	6	13,00	16,68	100,08	0,00 %
2.7	86882	SINAPI	SIFÃO DO TIPO GARRAFA/COPO EM PVC 1.1/4" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	6	24,28	31,16	186,96	0,00 %
2.8	86919	SINAPI	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA METÁLICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	5	909,29	1.167,07	5.835,35	0,00 %
2.9	86941	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55 CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40 CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	5	828,37	1.063,21	5.316,05	0,00 %
2.10	100853	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATÓRIO, TIPO MONOCOMANDO. AF_02/2026	UN	5	498,85	640,27	3.201,35	0,51 %
2.11	94795	SINAPI	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	5	31,29	40,16	200,80	0,03 %
2.12	106779	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO, PARA LAVATÓRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	6	218,29	280,17	1.681,02	0,22 %
2.13	86916	SINAPI	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	8	25,04	32,13	257,04	0,03 %



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

2.14	86910	SINAPI	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2026	UN	8	185,97	238,69	1.909,52	0,19 %
2.15	98107	SINAPI	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36 L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,2X0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF_12/2020	UN	4	322,58	414,03	1.656,12	0,33 %
2.16	97903	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	4	907,49	1.164,76	4.659,04	0,92 %
<b>3</b>			<b>PINTURAS</b>						<b>6,52 %</b>
3.1	104642	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	60	11,38	14,60	876,00	1,16 %
3.2	102199	SINAPI	PINTURA FUNDO NIVELADOR POLIURETÂNICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	m²	60	9,60	12,32	739,20	0,10 %
3.3	102234	SINAPI	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	40	23,50	30,16	1.206,40	0,24 %
3.4	102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	40	22,15	28,42	1.136,80	0,23 %
3.5	102211	SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE BASE ÁGUA EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	m²	100	11,10	14,24	1.424,00	0,11 %
3.6	102804	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MECÂNICA, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	200	17,05	21,88	4.376,00	1,74 %
3.7	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	500	13,60	17,45	8.725,00	1,39 %
3.8	102507	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	60	6,81	8,74	524,40	0,07 %
3.9	100753	SINAPI	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	m²	60	24,61	31,58	1.894,80	1,25 %
3.10	102502	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA A TRAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	40	5,72	7,34	293,60	0,06 %
3.11	102514	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLO "DEFICIENTE FÍSICO" COM TINTA ACRÍLICA, UTILIZAÇÃO DE MOLDE PLÁSTICO E APLICAÇÃO MECÂNICA, 120X120 CM. AF_05/2021	UN	40	4,57	5,86	234,40	0,02 %
3.12	102515	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLO "IDOSO" COM TINTA ACRÍLICA, UTILIZAÇÃO DE MOLDE PLÁSTICO E APLICAÇÃO MECÂNICA, 120X120 CM. AF_05/2021	UN	40	3,84	4,92	196,80	0,02 %
3.13	102519	SINAPI	PINTURA DE NÚMEROS E LETRAS PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, ALTURA 100 MM, APLICADOR SPRAY E MOLDE PLÁSTICO. AF_05/2021	UN	60	1,34	1,71	102,60	0,14 %

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

4			REPAROS EM ESQUADRIAS						16,88 %
4.1	97664	SINAPI	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	25	1,87	2,40	60,00	0,02 %
4.2	102189	SINAPI	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, UMA FOLHA COMPOSTO DE DOBRADICAS SUPERIOR E INFERIOR, TRINCO, FECHADURA, CONTRA FECHADURA COM CAPUCHINHO SEM MOLA E PUXADOR. AF_11/2025	UN	5	261,10	335,12	1.675,60	1,33 %
4.3	91307	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	15	105,91	135,93	2.038,95	0,54 %
4.4	91305	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO POPULAR, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	15	122,43	157,13	2.356,95	0,62 %
4.5	91335	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA TIPO VENEZIANA, PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	5	846,79	1.086,85	5.434,25	0,86 %
4.6	91333	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	5	844,06	1.083,35	5.416,75	0,86 %
4.7	100710	SINAPI	DOBRADIÇA TIPO VAI E VEM EM LATÃO POLIDO 3". AF_10/2025	UN	15	138,66	177,97	2.669,55	0,71 %
4.8	100709	SINAPI	DOBRADIÇA EM AÇO/FERRO, 3" X 2 1/2", E=1,9 A 2MM, SEN ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS. AF_10/2025	UN	15	62,79	80,59	1.208,85	0,32 %
4.9	102188	SINAPI	MOLA HIDRAULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO. AF_11/2025	UN	10	994,25	1.276,11	12.761,10	1,01 %
4.10	102190	SINAPI	REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE MADEIRA. AF_11/2025	m²	10	19,98	25,64	256,40	0,20 %
4.11	102191	SINAPI	REMOÇÃO DE VIDRO LISO COMUM DE ESQUADRIA COM BAGUETE DE ALUMÍNIO OU PVC. AF_11/2025	m²	10	21,64	27,77	277,70	0,22 %
4.12	102160	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO IMPRESSO, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE. AF_11/2025	m²	10	215,16	276,15	2.761,50	2,19 %
4.13	102179	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 6 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	m²	10	534,67	686,24	6.862,40	5,45 %
4.14	102152	SINAPI	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE. AF_11/2025	m²	10	249,12	319,74	3.197,40	2,54 %
5			REPAROS EM TELHADOS E FORROS						21,55 %
5.1	100391	SINAPI	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE CAIBRO DE MADEIRA EM TELHADOS DE MAIS DE 2 ÁGUAS COM TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO DE ENCAIXE, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_10/2025	m²	50	18,29	23,47	1.173,50	0,56 %

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

5.2	92580	SINAPI	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	m²	50	50,71	65,08	3.254,00	0,00 %
5.3	94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	200	79,87	102,51	20.502,00	2,44 %
5.4	94229	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	50	169,58	217,65	10.882,50	1,73 %
5.5	100435	SINAPI	RUFO EM FIBROCIMENTO PARA TELHA ONDULADA E = 6 MM, ABA DE 26 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCETO CONTRARRUFO. AF_07/2019	M	50	112,79	144,76	7.238,00	2,30 %
5.6	100327	SINAPI	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	50	59,64	76,54	3.827,00	1,22 %
5.7	104803	SINAPI	REMOÇÃO CALHAS E RUFOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	44	5,38	6,90	303,60	0,05 %
5.8	96485	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	32	70,83	90,91	2.909,12	2,17 %
5.9	96110	SINAPI	FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	32	79,14	101,57	3.250,24	2,42 %
5.10	104757	SINAPI	FORRO EM FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	15	126,24	162,02	2.430,30	3,86 %
5.11	96121	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (RODA-FORRO EM PERFIL METÁLICO E PLÁSTICO). AF_08/2023	M	32	12,04	15,45	494,40	0,61 %
5.12	96486	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, LISO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	32	72,39	92,91	2.973,12	2,21 %
5.13	99054	SINAPI	ACABAMENTOS PARA FORRO (SANCA DE GESSO, MONTADA NA OBRA). AF_08/2023_PS	m²	32	64,73	83,08	2.658,56	1,98 %
<b>6</b>			<b>REMOÇÃO E RETIRADAS</b>						<b>0,51 %</b>
6.1	97665	SINAPI	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	100	2,37	3,04	304,00	0,12 %
6.2	97664	SINAPI	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	30	1,87	2,40	72,00	0,10 %
6.3	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	30	4,21	5,40	162,00	0,21 %



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

6.4	97660	SINAPI	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	30	0,87	1,11	33,30	0,01 %
6.5	97640	SINAPI	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	32	2,36	3,02	96,64	0,07 %
7			<b>DEMOLIÇÕES, ALVENARIAS E REVESTIMENTOS</b>						<b>20,19 %</b>
7.1	97631	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	20	13,60	17,45	349,00	0,28 %
7.2	97625	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	20	58,52	75,11	1.502,20	1,19 %
7.3	97634	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	20	8,89	11,41	228,20	0,18 %
7.4	104789	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	15	238,87	306,58	4.598,70	1,22 %
7.5	103329	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	15	105,81	135,80	2.037,00	2,16 %
7.6	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	15	5,76	7,39	110,85	0,29 %
7.7	87781	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 35 MM. AF_08/2022	m²	15	89,38	114,71	1.720,65	4,55 %
7.8	87244	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO. AF_02/2023	m²	15	313,69	402,62	6.039,30	3,20 %
7.9	87255	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF_02/2023_PE	m²	30	98,15	125,97	3.779,10	2,00 %
7.10	104596	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 80X80 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M². AF_02/2023_PE	m²	30	167,24	214,65	6.439,50	3,41 %
7.11	104614	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM DIAGONAL, A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	30	81,51	104,61	3.138,30	0,83 %



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

7.12	87275	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	30	86,23	110,67	3.320,10	0,88 %
------	-------	--------	--	----	----	-------	--------	----------	--------

Parintins-AM, 30 de abril de 2026.

**RONESSA MARIA FARIAS DE SOUZA**

Secretária Administrativo

Portaria nº 048/SRH-CMP

**MAIKON MORAES DA SILVA**

Engenheiro Civil — CREA 04179662509

Secretaria Municipal de Infraestrutura



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

## ANEXO VI

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – CL/CMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 011/2026 – CL/CMP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**OBJETO:** Registro de preços para contratação de empresa especializada que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual/Municipal: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade/UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

**2. PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa acima identificada apresenta proposta comercial para execução do objeto do **Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP**, conforme condições, especificações, quantitativos estimados e exigências constantes do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da Minuta da Ata de Registro de Preços, da Minuta Contratual e demais anexos.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	LOTE ÚNICO — Serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, sob demanda, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações da Câmara Municipal de Parintins, conforme Termo de Referência e planilha orçamentária.	Serviço	1	R\$	R\$

Valor global da proposta: R\$ \_\_\_\_\_

Valor global por extenso: \_\_\_\_\_



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

#### **3. PLANILHA DETALHADA DE PREÇOS**

A licitante deverá anexar à presente proposta a **planilha detalhada de preços unitários e totais**, observando todos os itens, subitens, unidades de medida, quantitativos estimados e especificações constantes do Termo de Referência e da planilha orçamentária do processo.

A planilha deverá conter, no mínimo:

- a) descrição de cada item e subitem;
- b) unidade de medida;
- c) quantidade estimada;
- d) valor unitário;
- e) valor total;
- f) BDI, quando aplicável;
- g) encargos sociais, quando aplicável;
- h) custos de materiais, peças, equipamentos, mão de obra, transporte, tributos e demais despesas necessárias à execução do objeto.

#### **4. VALIDADE DA PROPOSTA**

A presente proposta terá validade de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) **dias**, contados da data de sua apresentação, observado o prazo mínimo exigido no Edital.

#### **5. DECLARAÇÕES DA LICITANTE**

A licitante declara, sob as penas da lei, que:

- 5.1.** tem pleno conhecimento e concorda integralmente com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na Minuta da Ata de Registro de Preços, na Minuta Contratual e demais anexos do certame;
- 5.2.** os preços propostos compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, seguros, descarte de resíduos, despesas administrativas e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas;
- 5.3.** está ciente de que os quantitativos constantes da planilha são estimativos, não obrigando a Administração à contratação integral, sendo devidos pagamentos apenas pelos serviços efetivamente demandados, executados, medidos, recebidos e atestados;
- 5.4.** está ciente de que a execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração;
- 5.5.** está ciente de que os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis serão executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial, vedada sua utilização para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento;
- 5.6.** compromete-se a manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- 5.7.** compromete-se a executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, normas de segurança do trabalho, normas ambientais e demais regulamentações pertinentes;
- 5.8.** responsabiliza-se pela exatidão e veracidade das informações constantes desta proposta e de seus anexos.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**6. DADOS BANCÁRIOS**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Titular da Conta: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF do Titular: \_\_\_\_\_

**7. RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA PROPOSTA**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Assinatura do Representante Legal**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – CL/CMP****PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 011/2026 – CL/CMP****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** Registro de preços para contratação de empresa especializada que, sob demanda, prestará serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, abrangendo as áreas civil, elétrica e hidrossanitária, incluindo adequações, reparos, substituições e intervenções necessárias à conservação, funcionalidade e segurança das instalações, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Parintins.

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CL/CMP**, declara, sob as penas da lei, que:

**1. Ciência e concordância com o Edital**

**1.1.** Está ciente e concorda integralmente com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na Minuta da Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e demais anexos do certame.

**1.2.** Tem pleno conhecimento do objeto licitado, das condições de execução, das especificações técnicas, dos critérios de medição, recebimento, fiscalização, pagamento e das obrigações assumidas em caso de contratação.

**2. Atendimento aos requisitos de habilitação**

**2.1.** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.** Compromete-se a manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**3. Inexistência de fato impeditivo**

**3.1.** Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação e participação no presente procedimento licitatório.

**3.2.** Não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea para licitar ou contratar, salvo se já promovida a reabilitação na forma da lei.

**3.3.** Compromete-se a comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Parintins a superveniência de qualquer fato impeditivo de sua habilitação ou contratação.

**4. Cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal**

**4.1.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



## **ESTADO DO AMAZONAS**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**

### **SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD**

**4.2.** Não emprega menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

#### **5. Inexistência de trabalho degradante ou forçado**

**5.1.** Não possui, em sua cadeia produtiva ou na execução de suas atividades, empregados executando trabalho degradante, forçado ou em condições análogas às de escravo.

**5.2.** Compromete-se a observar as normas de proteção ao trabalho, segurança, saúde ocupacional e dignidade dos trabalhadores durante toda a execução contratual.

#### **6. Reserva de cargos**

**6.1.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, nos termos da legislação vigente.

**6.2.** Caso não esteja legalmente obrigada ao cumprimento da reserva de cargos, declara que tal obrigação não se aplica à empresa em razão de seu enquadramento legal, porte ou quantitativo de empregados.

#### **7. Integralidade dos custos da proposta**

**7.1.** A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, seguros, descarte de resíduos, despesas administrativas e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

**7.2.** Está ciente de que não poderá alegar posteriormente desconhecimento de custos, encargos ou obrigações necessárias à execução do objeto, salvo hipóteses legalmente admitidas de revisão, recomposição ou reequilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovadas e analisadas conforme o Edital, o Termo de Referência, o contrato e a matriz de riscos constante do ETP.

#### **8. Elaboração independente de proposta**

**8.1.** A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

**8.2.** O conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido, combinado ou ajustado com qualquer outro participante potencial ou efetivo deste procedimento licitatório.

**8.3.** Não tentou, por qualquer meio ou pessoa, influenciar a decisão de outro licitante quanto à participação ou não no certame.

#### **9. Enquadramento como ME/EPP/MEI ou equiparada**

Assinalar a opção aplicável:

( ) **Declara que se enquadra** como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação.

( ) **Declara que não se enquadra** como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparada.

**9.1.** Caso declarada como ME/EPP/MEI ou equiparada, afirma que não incorre em nenhuma das hipóteses legais de exclusão do tratamento favorecido.

#### **10. Conhecimento das condições locais**

Assinalar a opção aplicável:

( ) **Declara que realizou visita técnica** ao local de execução dos serviços, tomando conhecimento das condições físicas, operacionais, logísticas e técnicas necessárias à formulação da proposta e à execução do objeto.



# ESTADO DO AMAZONAS

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS

### SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD

( ) Declara que optou por não realizar visita técnica, assumindo integral responsabilidade pelo conhecimento das condições locais, características da edificação, complexidade dos serviços, logística, acessos, instalações e demais elementos necessários à formulação da proposta e à execução do objeto.

#### 11. Responsável técnico e capacidade operacional

**11.1.** Declara que dispõe ou disporá, quando da contratação, de responsável técnico legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, compatível com a natureza dos serviços a serem executados.

**11.2.** Declara estar ciente de que deverá manter responsável técnico durante a execução contratual, providenciando ART, RRT ou documento equivalente sempre que exigível pelas normas aplicáveis.

**11.3.** Declara estar ciente de que deverá comprovar a qualificação técnica nos termos do Edital e do Termo de Referência, especialmente quanto à CAT, CAO, registro no CREA/CAU e demais exigências aplicáveis.

#### 12. Normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho

**12.1.** Compromete-se a executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, normas dos conselhos profissionais competentes, normas ambientais, normas municipais, estaduais e federais, bem como normas de segurança e saúde do trabalho.

**12.2.** Compromete-se a fornecer e exigir o uso de EPIs e EPCs necessários, manter seus empregados devidamente identificados, capacitados e orientados, bem como preservar a segurança de pessoas, bens públicos, instalações e terceiros.

#### 13. Sustentabilidade e resíduos

**13.1.** Compromete-se a adotar práticas de sustentabilidade, racionalização do uso de recursos e correto gerenciamento dos resíduos gerados na execução dos serviços.

**13.2.** Declara estar ciente de que deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil — PGRCC, quando aplicável, conforme exigências do Termo de Referência, previamente ao início da execução contratual ou no prazo fixado pela Administração.

#### 14. Não utilização do objeto para obra nova

**14.1.** Declara estar ciente de que os serviços de remoção, retirada, demolição, alvenaria, revestimento e demais intervenções civis previstos no Edital e seus anexos serão executados exclusivamente de forma acessória, corretiva, complementar ou preparatória à manutenção predial.

**14.2.** Declara ciência de que é vedada a utilização da contratação para execução de obra nova, ampliação estrutural autônoma ou implantação de novo empreendimento.

#### 15. Responsabilidade pela veracidade das informações

**15.1.** Declara que todas as informações prestadas são verdadeiras e que está ciente de que a falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**15.2.** Declara ciência de que a apresentação de declaração falsa poderá ensejar desclassificação, inabilitação, cancelamento da Ata de Registro de Preços, rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital e nos instrumentos contratuais.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

#### Assinatura do Representante Legal

Nome/CPF

Cargo/Função

Empresa/CNPJ